

CULTURA INDÍGENA

UFRGS lança livros didáticos

Cursos de Educação, Letras, Antropologia e Música da Universidade colaboraram com iniciativa do MEC que resultou em dois livros didáticos sobre as culturas guarani e kaingang. Destinados para uso em sala de aula nas séries iniciais da educação básica, as obras serão distribuídas entre as 91 escolas indígenas do Rio Grande do Sul. **P8**

CONTROLE DO Aedes

O combate inicia em casa

A Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde de Porto Alegre tem aplicado inseticida para eliminar os focos do mosquito transmissor da dengue, da chicungunya e do zika vírus em determinados bairros da capital. Mas a melhor arma para reduzir a transmissão ainda é o envolvimento ativo da população. **P5**

EUA-CUBA

Última página da Guerra Fria

Na avaliação do professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS Mathias Seibel, a sucessão de mudanças históricas ocorridas até o reatamento das relações diplomáticas entre Cuba e Estados Unidos não comporta lugares-comuns. Nesse contexto, a normalização das relações traz elementos contraditórios, especialmente para o país caribenho. Mas é um caminho para romper o isolamento, cujas regras não dependem só de Cuba e sim do que ocorrerá no cenário internacional. **P10**

Ciência para a paz

Lídia Brito

Para a diretora do Escritório Regional de Ciência da Unesco, é preciso que as agências de fomento à pesquisa trabalhem em rede, porque a ciência é global

Página 9



GUSTAVO DIEHL/JU



CADERNO JU

Trabalho em mutação

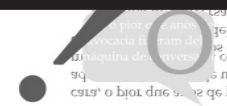
INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Projeto aproxima alunos de ensino médio do mundo da pesquisa

P11

Acervo
Museu da UFRGS
exibe obras de
ex-professores **P13**

Extensão
Programa de
Educação Médica
faz 30 anos **P7**



Espaço da Reitoria

Carlos Alexandre Netto
Reitor

Respeito às diferenças

Estamos vivendo dias de incerteza e de disputa sem limites pelo poder no campo político. Esse cenário afeta todos os setores da sociedade brasileira e, conseqüentemente, das universidades. A polarização dos debates, a dificuldade de estabelecerem-se o diálogo e a intolerância que marcam o cotidiano também se fazem presentes em um espaço no qual se espera justamente o oposto: a tolerância e a livre expressão das ideias.

Na UFRGS ocorreram alguns episódios de violência e intransigência que nos preocupam. Reiteramos com absoluta convicção e veemência nosso repúdio a tais atos de agressão e sentimentos raivosos que refletem o clima instalado no Brasil e que inquietam o ambiente universitário. Visões autoritárias não se aliam ao pensamento desta instituição, assim como gestos de animosidade afrontam nossos

valores. Somos solidários com a legítima indignação das vítimas e estamos tomando as medidas cabíveis para apurar tais ações. Aqui, nesta Universidade, trabalhamos pela respeitosa convivência entre os diferentes e não nos aliamos a qualquer clima de confronto. Também estamos organizando ações pedagógicas e reforçando instâncias para fortalecer as discussões sobre o tema. Sabemos, no entanto, que o sucesso dessa estratégia dependerá do engajamento de professores, técnicos e estudantes.

Por outro lado, tais manifestações não deixam de simbolizar a incapacidade de parte da população brasileira de lidar com as mudanças ocorridas em nossa sociedade e, em especial, na área da educação superior federal, desde a adoção do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e

das Ações Afirmativas. Com base na autonomia institucional gravada na Constituição, a UFRGS expandiu a graduação e se abriu à diversidade com a inclusão promovida pelo ingresso dos cotistas. Todos os que hoje aqui estudam têm garantido o seu direito à educação de qualidade num ambiente que contribua para o seu crescimento pessoal e profissional. Ações, veladas ou explícitas, de preconceito não colocarão em risco o valor dessa conquista. É a equidade que permite às pessoas conquistar a vida a que aspiram.

A universidade é um espaço que só encontra razão de ser, enquanto for capaz de abrigar a livre expressão das ideias, a discussão, a tolerância e o respeito à diversidade. Na sua capacidade de promover o diálogo e o convívio entre os diferentes, está a sua contribuição para o processo civilizatório.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha,
Porto Alegre - RS | CEP 91046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Carlos Alexandre Netto
Vice-reitor
Rui Vicente Oppermann
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
Ricardo Schneiders da Silva
Vice-secretária de Comunicação Social
Édina Rocha

JORNAL DA UNIVERSIDADE

Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497
Email: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial
Alex Niche Teixeira, Ánia Chala, Angela Torozinha de Souza Wyse, Antonio Marcos Vieira Sansaverino, Carla Maria Dal Sasso Freitas, Cida Golin, Flávio Antônio de Souza Castro, Michèle Oberson de Souza, Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno Fischer

Editora Ánia Chala

Subeditora Jacira Cabral da Silveira

Repórteres Ánia Chala, Everton Cardoso Felipe Ewald, Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein

Projeto gráfico Juliano Bruni Pereira e Kleiton Semensatto da Costa (Caderno JU)

Diagramação Kleiton Semensatto da Costa

Fotografia Flávio Dutra (Editor)

Revisão Antônio Paim Falcetta

Bolsista (Jornalismo) Júlia Costa dos Santos, Lucas Mello e Kayan da Silva Moura

Circulação Cristiane Lipp Heidrich

Fotolitos e impressão Gráfica da UFRGS

Tiragem 14 mil exemplares

ufrgsnoticias

UFRGS portas abertas

14 de Maio
Em todos os campi da UFRGS

Acesse a programação: www.ufrgs.br/portasabertas

Artigo

Gestão pautada pela lógica humanista

A gestão social vem se consolidando como um campo interdisciplinar de práticas e conhecimento que busca problematizar a natureza e as fronteiras das relações Estado, Sociedade e o Mercado, a partir de um olhar que entende a esfera pública e a sociedade civil como coprodutoras de bens públicos, o que significa dizer que distintamente dos procedimentos tradicionais, a Gestão Social privilegia a presença da sociedade na formulação, acompanhamento e controle das políticas públicas e das práticas governamentais.

Ao firmar-se como o novo marco legal das relações Estado/Sociedade, a carta constitucional de 1988 exigiu a revisão tanto do conjunto das estruturas, princípios e atitudes que regiam e organizavam as instituições públicas nacionais, regionais e locais, como do tratamento dispensado pelos servidores públicos ao “cliente”, agora reconduzido à condição de cidadão. Nesse cenário são gestadas experiências de democratização das relações políticas, ao nível da produção e do modo de organizar a participação da sociedade civil na gestão do Estado.

Enquanto disciplina, a Gestão Social começa a tomar forma no Brasil, ao longo dos anos 1990, ao reunir saberes e práticas voltados para processos e modos dialógicos de gerir interorganizações, territórios e rela-

ções sociais, orientados para a coprodução de bens públicos e orquestrando diferentes escalas e modalidades de poder. É um campo que propõe um modo de gestão pautado pela solidariedade e no qual o bem comum se sobrepõe aos interesses individuais. Trata-se, igualmente, de um campo do conhecimento no qual as fronteiras entre o “dentro” e o “fora” da universidade; entre o saber popular e o saber científico resultam borradas, na medida em que ambos os saberes são igualmente valorizados, cabendo aos acadêmicos, por sua prática e experiência, a responsabilidade por contribuir para com o processo de sistematização do conhecimento produzido extramuros na e pela sociedade mais ampla.

Nesse contexto, será realizado de 19 a 21 deste mês o IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS), reunindo docentes pesquisadores, discentes de pós-graduação e de graduação em torno de assuntos emergentes no campo da Gestão Social e das Políticas Públicas, com destaque para questões mais diretamente relacionadas aos temas da inserção cidadã, da participação democrática, dos direitos humanos, do desenvolvimento, do território, da gestão das cidades, da cultura política, do empreendedorismo, da inovação e das tecnologias sociais, bem como das metodologias dialógicas de transformação social.

Aberto à participação da sociedade, o ENAPEGS tem se revelado um espaço ímpar para o compartilhamento de experiências e saberes; a reflexão sobre temas emergentes; o delineamento de novas agendas de pesquisa, enfim para a produção de conhecimento, nos campos das Ciências Sociais, das Ciências Sociais Aplicadas e das Políticas Públicas, com uma singularidade: sua particular abertura ao relato e à análise de novas metodologias e práticas sociais de combate às desigualdades e à promoção da equidade social, política e econômica.

Desde a primeira edição do evento, os pesquisadores da Rede Brasileira de Pesquisa em Gestão Social têm privilegiado a escolha de uma temática na área simultaneamente geral e particular, de modo a contemplar a complexidade da vida e da produção nas sociedades contemporâneas, sem descuidar dos fatos e saberes locais, igualmente essenciais à produção do conhecimento. Para este ano, os debates conduzidos na Rede indicaram o tema: Gestão Social, Participação e Desenvolvimento: olhares desde a América Latina. Proposta essa que vem sendo trabalhada desde outubro de 2014 por um grupo de professores pesquisadores da UFRGS e, igualmente, de outras instituições de ensino com sede no Rio Grande do Sul e com a participação ativa na Rede, tendo

na coordenação-geral do evento a Escola de Administração da Universidade.

Dentre as principais questões para cuja formulação de respostas o ENAPEGS 2016 se dispõe a contribuir, cabe destacar: a promoção do desenvolvimento e a identificação de estratégias e metodologias de enfrentamento aos problemas decorrentes das distintas expressões de desigualdade; o desafio posto à articulação transversal e intersetorial das políticas públicas; à construção democrática e ao estímulo à participação ativa da sociedade civil nas questões de governo e do Estado. Semelhante relevância atribuída, paralelamente, ao debate da integração regional e às questões e temas pertinentes, especificamente, à consolidação de uma América Latina politicamente forte, socialmente justa, economicamente sustentável e sensível aos desafios enfrentados por países geopoliticamente situados na periferia do sistema mundo.

Mais informações sobre o IX ENAPEGS podem ser obtidas no site: www.ufrgs.br/enapegs2016.

Rosinha Machado Carrion
Pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas e Estudos sobre o Terceiro Setor (NIPETS) e professora da Escola de Administração/UFRGS



GUSTAVO DIEHL/JU



Em sintonia com

Costurando poesia

Arte e Literatura se entrelaçam na vida e na carreira de Dinorá Bohrer Silva. A entrevistada de maio do programa *Em Sintonia Com* se dedica à arte têxtil, com a produção de tapeçaria de recortes ligada ao que vivenciou na graduação em Biblioteconomia e Documentação na UFRGS na década de 1970.

Depois de trabalhar por quase três décadas na Biblioteca da Caixa Econômica Estadual, Dinorá conta que 16 anos atrás, já distante da função de bibliotecária, encontrou uma nova paixão: a tapeçaria de recortes – técnica que sobrepõe tecidos e texturas costurados cuidadosamente à mão, dando origem a obras abstratas, paisagens e retratos. Foi também nessa época que se envolveu com a poesia da mineira Adélia Prado, que a fascinou ao ponto de inseri-la nas suas criações em tecido.

“Um dos primeiros trabalhos que fiz em tapeçaria de recortes foi *O Grande Desejo*, inspirado em uma poesia da Adélia, e percebi que esta seria uma forma maravilhosa de me expressar.” Desse encantamento, nasceu a exposição *Grande Desejo – Dinorá Bohrer Silva encontra Adélia Prado*, na qual as rendas, jutas e tules são delicadamente alinhavadas com as palavras da poeta, em 16 tapeçarias que remontam grandes poemas da escritora.

Dinorá não se diz religiosa, mas sua arte cruza-se com a devoção ao divino, como na tapeçaria *Ex-Voto*, que alude à prática religiosa na qual um fiel oferece um presente a seu santo de devoção em consagração ou agradecimento. O ex-voto de Adélia Prado são seus poemas, por meio dos quais se curou da depressão. Já os três painéis que compõem o ex-voto de Dinorá são um agradecimento à vida das cinco irmãs e também uma prece pela paz das que já faleceram. Tocada pela sensibilidade de Adélia, Dinorá recita um trecho do poema que deu origem a esta obra: “Final, ao escolher palavras com que narrar minha angústia, eu já me sinto melhor. A uns Deus quer doentes, a outros, Deus quer escrevendo”. E conclui, satisfeita: “Bom, acho que a mim Deus quer bordando”.

Leticia Paludo, estudante do 5.º semestre de Jornalismo

Assista ao programa

O programa *Em Sintonia Com* sobre a artista Dinorá Bohrer Silva vai ao ar no dia 7 de maio, na UNIV, canal 15 da NET POA, às 18h.

Eles vêm de muitos lugares

Portas Abertas Evento chega a sua 14.ª edição recebendo estudantes de 96 municípios gaúchos

Mais uma vez a UFRGS realiza o tradicional *Portas Abertas*. No dia 14 de maio, 40 unidades da Universidade receberão estudantes de ensino médio e de cursinhos pré-vestibulares, promovendo atividades que ilustrem o dia a dia de cada curso. Em 2015, foram 12.500 visitantes. Para este ano, a coordenação do evento espera um público em torno de 14 mil pessoas.

Uma das novidades é a reformulação do site onde os interessados podem consultar as 801 atividades que poderão ser conferidas das 8h às 14h. Além de estar com desempenho mais leve e rápido, a página do *Portas Abertas* possui novas funcionalidades, podendo ser acessada também por dispositivos móveis. A programação no site agora conta com um serviço de busca e filtros que facilitam a procura das atividades e cursos específicos.

Desde a criação do formato atual, em 2003, esse evento de divulgação dos cursos da Universidade, que tem como objetivo fornecer subsídios aos futuros universitários quanto às características de cada área de conhecimento para uma possível escolha profissional, vem atrain-

do moradores não só da capital como também de outras cidades do estado. Segundo dados divulgados pela Pró-reitoria de Extensão, que desde 2013 coordena o *Portas Abertas*, no ano passado compareceram grupos de escolas de 96 municípios gaúchos.

“Pensar que uma escola, um grupo de alunos, saindo de lugares distantes, como de Quaraí, na fronteira oeste, viaja uma noite inteira para chegar aqui e participar das atividades... Isso é muito importante, é muito interessante e é sinal da força que essa Universidade tem, da amplitude que ela assume no Rio Grande do Sul”, ressalta a pró-reitora de Extensão, Sandra de Deus.

Magia – Assim como já aconteceu nas demais edições, estão programadas tanto atividades tradicionais – palestras e resposta a perguntas – como ações pouco convencionais para receber os visitantes. Uma delas tem um nome bastante sugestivo e certamente provoca curiosidade àquelas que visitam a página www.ufrgs.br/portasabertas/programacao-2016/. É a *Oficina de Bruxaria*, que ocorrerá na área externa do Instituto de Química, no Câmpus do Vale.

Conforme a professora Tânia Salgado, que coordena a oficina, essa será a terceira vez que seus alunos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) estarão à frente de experimentos que envolvem soluções cujos efeitos químicos parecem mágicos. Como são realizadas em espaços abertos, fora do ambiente de laboratório, é comum que tais demonstrações resultem num grande aglutinamento de

curiosos: “E não são apenas alunos, pois chama atenção de todo mundo que está circulando pela Química”, comenta a professora.

Mas a animação começa bem antes da data oficial da apresentação. São muitos dias de preparativos, diz Tânia, que se iniciam no planejamento das atividades pela escolha das reações que serão montadas no dia, seguida da discussão quanto à encenação que imprimirá o contexto teatral ao experimento, passando por combinações e distribuição de responsabilidades.

Desenho além fronteiras

Fazendo arte em Paris

Os artistas Caju Galon, Kelvin Koubik e Teresa Poester, que integram o grupo experimental Atelier D43 ligado ao Instituto de Artes (IA) da UFRGS, foram convidados a realizar residência artística durante o mês de maio no Espace Culturel Anis Gras, localizado a 15 minutos do centro de Paris.

Teresa Poester, professora do IA e coordenadora do grupo, está atualmente na França realizando pós-doutorado sobre o projeto que inclui a residência artística do Atelier D43. Galon e Koubik juntaram-se a ela recentemente graças ao apoio da Aliança Francesa de Porto Alegre e de São Paulo, da UFRGS e dos amigos que colaboraram com a campanha lançada pelo Catarse, plataforma de financiamento coletivo do Brasil.

Além da apresentação pública do projeto *Boîte à dessin*, que inclui vídeos

Neste ano, quem circular pelo Instituto de Química no dia 14 deste mês poderá se deparar com um vampiro e sua presa manchada de sangue, ou será atraído por chamas coloridas como se estivesse diante da preparação de poções mágicas. Tânia assegura, entretanto, que não há perigo, pois são apenas encenações para chamar a atenção aos efeitos químicos, e que serão todos devidamente explicados por seus alunos a – quem sabe – futuros aprendizes de Química (ou de feiticeiros).

e desenhos, resultado da residência no Anis Gras, o trio realizará encontros com artistas e três workshops abertos à comunidade. A convite da artista francesa Marianne Chanel, os brasileiros também farão uma exposição dentro do *Portes Ouvertes*, evento que ocorre no prestigioso espaço de experimentações artísticas Les Frigos, antigo complexo frigorífico da capital parisiense.

O Les Frigos, juntamente com a Biblioteca Nacional François Mitterrand, representa o último baluarte dos ateliês ocupados pelos artistas nos anos 60 que ainda resistem à especulação imobiliária. Marianne Chanel, que tem ateliê no local, já expôs em Bruxelas com Teresa em 2009 e em Porto Alegre com o Atelier D43 na mostra *Lugares do desenho*, coletiva do grupo que conquistou o Prêmio Açorianos de 2013.



Lei da Biodiversidade: múltiplos interesses

Gabriela Coelho-de-Souza*

A discussão sobre o acesso ao patrimônio genético para o desenvolvimento de novos produtos teve grande destaque na década de 1990, com o polêmico debate referente à biopirataria. Até 1992, ano da promulgação da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), o patrimônio genético era considerado patrimônio da humanidade, enquanto o progresso tecnológico, propriedade dos países que o desenvolveram, sendo possível o patenteamento das inovações provenientes de novas descobertas.

A biodiversidade é consistentemente mais abundante nos países tropicais, que, além disso, são constituídos por povos originários e comunidades tradicionais cujos conhecimentos facilitam enormemente a criação de inovações provenientes do acesso ao patrimônio genético, em especial na indústria farmacêutica e de alimentos, as maiores do mundo. No geral, os países tropicais possuem baixos índices de desenvolvimento humano, enquanto os países ditos desenvolvidos apresentam baixa diversidade biológica e alto crescimento tecnológico, demandando insumos genéticos para a geração de inovações. Nesse contexto, a biopirataria equivale à retirada de material genético e de conhecimentos tradicionais dos países para produzir inovações, sem o estabelecimento de acordos de repartição dos benefícios com os grupos e nações detentoras do patrimônio genético.

A partir da Convenção, a biodiversidade foi reconhecida como patrimônio dos países detentores, e aos povos indígenas e às comunidades tradicionais foi reconhecido o seu papel imprescindível na preservação desses recursos e como detentores de conhecimentos tradicionais. A partir desse momento, as nações signatárias passaram a inserir em suas legislações mecanismos para o cumprimento dos objetivos da CDB, quais sejam, a conservação da biodiversidade, o uso sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados de seu uso.

A CDB reforçou o novo paradigma de reconhecer o uso sustentável da biodiversidade como uma das formas mais eficientes de conservação, favorecendo tanto o reconhecimento do papel dos povos e comunidades tradicionais na sua manutenção quanto o papel do mercado em destinar recursos para estratégias de conservação. Para regular a relação entre o acesso aos conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético, a pesquisa sobre os conhecimentos e o patrimônio genético e o desenvolvimento de novos produtos, foi estipulado o mecanismo de repartição de benefícios, que prevê que os setores que inserirem novos produtos no mercado devam repartir os seus lucros com os países que detêm esse patrimônio e com os detentores desse conhecimento.

Para se adequar à CDB, o Brasil lançou, em 2001, a Medida Provisória n.º 2.186-16/2001, que vigorou até 2015, quando a Lei da Biodiversidade foi sancionada. Neste ano, a norma está sendo regulamentada, propondo vários mecanismos que avançam no desafio dessa regulamentação, mas ainda com lacunas para o seu alcance. Desde 2001, foi instituído, junto ao Ministério do Meio Ambiente, o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen), responsável pela implementação das políticas para a gestão do acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado, bem como para a repartição de benefícios. Participam dele, além dos órgãos públicos, a sociedade civil.

Para a implementação da Lei, são previstos os instrumentos de consentimento prévio informado, a repartição de benefícios, o Fundo de Repartição de Benefícios e o Programa



FLAVIO DUTRA/ARQUIVO JU - MAR/2009

Nacional de Repartição de Benefícios. A legislação prevê ainda três formas de relação entre os setores e o acesso ao patrimônio genético, que possuem diferentes regramentos. Quando o usuário desenvolve pesquisa e novos produtos a partir, apenas, do acesso ao patrimônio genético ou a partir do saber tradicional de origem não identificável (ou seja, não é possível identificar qual grupo detém/quais grupos detêm o conhecimento), os lucros derivados dos novos produtos irão ser repartidos com aportes monetários para o Fundo de Repartição de Benefícios.

Quando a criação de novos produtos for realizada a partir do conhecimento tradicional de origem identificável, ou seja, negociados com grupos representantes de povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares, é necessário o estabelecimento de um processo de consentimento prévio informado, por meio do qual as comunidades devem aquiescer com os termos dos acordos estabelecidos. Nesses casos, os lucros de novos produtos devem ser compartilhados entre o Fundo de Repartição de Benefícios e as comunidades, podendo a repartição ser monetária e/ou não monetária, por meio de projetos de conservação, capacitação de pessoas, distribuição de produtos. Os recursos desse fundo integrarão o Programa Nacional de Repartição de Benefícios, que tem como finalidades principais a conservação da biodiversidade; o fortalecimento do manejo sustentável da biodiversidade, realizado por povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares; a criação de um sistema eficiente e sustentável de conservação *ex situ* e *in situ*; e o desenvolvimento e a transferência de tecnologias apropriadas para essa finalidade, com vistas a melhorar o uso sustentável do patrimônio genético.

Da perspectiva da pesquisa houve muitos avanços entre a Medida Provisória e a Lei. Na década de 2000, o processo de autorização do CGen para a realização de estudos sobre patrimônio genético e conhecimentos tradicionais vinha inviabilizando e desestimulando pesquisadores brasileiros a efetuarem pesquisas etnobiológicas e sobre a biodiversidade, que na maior parte das vezes não têm como objetivo a criação de novos produtos. A norma soluciona esse impasse, ao deslocar o foco do início da cadeia de desenvolvimento de novos produtos para a sua entrada no mercado. Essa medida incentiva

as pesquisas inovadoras, que chegam a levar até duas décadas para alcançar resultados factíveis, no sentido de dispor algo novo ao mercado, uma vez que, muitas vezes, não obtêm resultados favoráveis.

A elaboração e a regulamentação da Lei foram discutidas, inicialmente, com o setor empresarial, contrariando o artigo 6.º da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, que estabelece que os governos devem consultar os povos por meio de procedimentos adequados sempre que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente. O não cumprimento dessa consulta gerou manifestações das representações da agricultura familiar, dos povos indígenas e das comunidades tradicionais, as quais levaram o MMA a promover, em 2015, seis oficinas regionais e um encontro nacional, além da consulta pública aberta até o último dia 2 de maio para debater os termos da nova legislação e receber propostas para a sua regulamentação.

Dentre os principais pontos em debate, destacam-se: (a) a desvinculação do conceito de conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, pois se entende que a coexistência de povos e comunidades tradicionais com a biodiversidade moldou o patrimônio genético brasileiro, sendo estes conceitos inseparáveis; (b) os critérios para determinar a origem identificável ou não do saber tradicional – de acordo com os resultados das oficinas, todos os conhecimentos tradicionais têm origem identificável, e caberia ao usuário provar o contrário; (c) o questionamento sobre por que somente o conhecimento tradicional como elemento principal de agregação de valor deve repartir benefícios; (d) a necessidade de regulamentação do Fundo para garantir a repartição de benefícios para as etnias, povos, comunidades tradicionais e agricultores familiares que detêm os conhecimentos com aporte de recursos consistentes.

Os pontos em debate revelam os múltiplos interesses em jogo, estando a cargo da regulamentação decisões que podem vir a fortalecer (ou não) lutas históricas como a dos direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais.

*Pesquisadora do NESAN e DESMA/
Professora do PPG Desenvolvimento Rural e
Depto de Economia e Relações Internacionais

A biodiversidade
é toda a parte
viva da natureza,
enquanto o
patrimônio
genético é
apenas um de
seus níveis

Para saber mais:
<http://bit.ly/23W88oz>



Extermínio pontual

Aedes aegypti As estratégias da vigilância em saúde no controle de vetores

Felipe Ewald

Quando profissionais da vigilância em saúde chegam à casa de moradores de diferentes regiões de Porto Alegre não é raro que os escutem falar sobre os hábitos do *Aedes aegypti* e as doenças que transmite, demonstrando conhecimento aprofundado do assunto. No entanto, é igualmente frequente que encontrem na moradia dessas mesmas pessoas focos de criação do inseto.

Benjamin Roitman, médico da vigilância em saúde do município, avalia que a discrepância entre o conhecimento e a atuação decorre da crença dos cidadãos de que as ações de combate ao mosquito caberiam somente ao poder público. Ele e as outras fontes consultadas para esta matéria são unânimes em advertir que o controle das doenças transmitidas pelo *Aedes* passa necessariamente pelo envolvimento ativo de toda a população.

Cabe-nos, então, compreender como é o trabalho da Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde (CGVS) do município, de modo a deixar claro como a iniciativa individual de eliminar possíveis criadouros complementa a retaguarda de garantias, de incumbência daquela, no sentido de evitar que se inicie um processo de transmissão quando um paciente é infectado.

Fluxo – Desde 2001 há registros de presença do *Aedes aegypti* na capital. Os primeiros casos autóctones de dengue – quando a doença é contraída na própria cidade, ou seja, há mosquitos infectados circulando e picando os moradores – datam de 2010. Até o mês passado não havia confirmação de casos de chikungunya ou zika autóctones, apenas importados. Portanto, como lembra Benjamin, que integra a equipe de Vigilância de Doenças Transmissíveis da CGVS, a presença do *Aedes* não implica necessariamente a circulação dos vírus, a qual só ocorre quando aquele pica uma pessoa infectada. Para a ação de controle, esse é um dado crucial, pois ela é balizada pela simultaneidade da presença do mosquito e de casos confirmados da doença.

O início de surtos epidêmicos como os que vivemos este ano se dá quando pessoas infectadas com o vírus chegam à cidade e são picadas por mosquitos que, em seguida, atacam outras pessoas – em Porto Alegre, a princípio, não há sustentação da transmissão durante o inverno, o que significa que os primeiros casos são sempre trazidos de fora. Como os sintomas costumam ser intensos – à exceção do zika, que pode ser

assintomático –, é provável que os cidadãos procurem atendimento de saúde. Ao constatar o quadro característico de febre, dor no corpo e dor de cabeça que se manifesta por cerca de uma semana, o médico solicita exames e deve imediatamente notificar a vigilância em saúde mesmo sem ter confirmação do diagnóstico.

De 4 de janeiro a 16 de abril, conforme o boletim semanal da CGVS, foram 1.575 notificações de dengue ao todo. Os casos autóctones confirmados somam 172 – chikungunya e zika tinham apenas casos importados, 9 e 10, respectivamente. Logo, apenas um em cada sete, aproximadamente, se confirmou. Além disso, na média, são realizadas 15 notificações por dia. “Não é possível ir a todos esses locais fazer ações. É por isso que é necessária a confirmação”, pondera Liane Fetzer, bióloga da equipe de Vigilância de Roedores e Vetores da CGVS. Isso fica expresso no número de bloqueios (aplicações de inseticida) realizados no período: 160.

Como o objetivo central dessas pulverizações é eliminar a presença de mosquitos adultos num raio de 150 metros, é imprescindível que o diagnóstico ocorra rapidamente. Caso contrário, a ação da CVGS torna-se menos efetiva, já que se perde a oportunidade de bloquear o ciclo de transmissão da doença, o que também conta com iniciativas dos serviços de saúde responsáveis pela área em questão. Além disso, ocorre a ação coordenada dos departamentos municipais de limpeza urbana, águas e esgotos, o que é planejado semanalmente no Centro Integrado de Comando. “Ou seja, a responsabilidade não é apenas da saúde”, assevera Liane.

Diagnóstico – “Para o controle vetorial, o ideal seria que a gente chegasse logo para matar os mosquitos. Se o exame chega 10 dias depois, não há muito que fazer, pois o período de infecção já terá passado”, avalia a bióloga.

Justamente o diagnóstico foi uma das dificuldades encontradas pelo sistema de saúde em Porto Alegre neste ano: o laboratório do estado, responsável por realizar os exames, não tinha kits do exame precoce de dengue NS1, que são repassados pelo Ministério da Saúde. Benjamin informa que a solução da secretaria municipal foi firmar contrato com um laboratório privado. Ele explica que esse tipo de arranjo enfrenta questões legais, uma vez que o Tribunal de Contas pode questionar por que foram aplicados recursos em algo que não seria de competência do município.

Alcides de Miranda, professor do curso de Saúde Coletiva, pondera, contudo, que a estrutura do sistema de saúde prevê isso. Como o pacto federativo preconiza que haja solidariedade entre os entes nacional, estadual e municipal, de forma que um dê sustentação ao outro, ele defende que uma gestão competente do setor deve prever a reserva de recursos para situações de crise.

Bloqueios – A opção da CGVS por fazer ações pontuais se baseia em outros fatores, além da limitação da estrutura de controle de vetores diante da explosão de casos neste ano. Liane esclarece que a estratégia adotada na capital gaúcha difere da utilizada em outras regiões do país, onde se opta por pulverizar o máximo de logradouros possível. Como a dengue se caracteriza por ser uma doença georreferenciada, considera-se preferível atuar especificamente nos focos.

Além disso, o uso irrestrito de inseticidas pode levar os mosquitos a desenvolverem resistência. Apesar de não ter avaliação específica em relação a isso, Liane pondera: “Nos dá certa segurança o fato de que os bloqueios que estão sendo feitos pontualmente em locais que contam com um ou dois casos conseguem conter o surto. Isso nos faz crer que está funcionando”. Outro complicador diz respeito ao comportamento do *Aedes*, que em temperaturas muito elevadas tende a se esconder dentro das casas, permanecendo inativo até que surja

alguém que ele possa atacar. “Isso cria dificuldades para a realização do bloqueio, pois a gotícula do inseticida pode não atingir o mosquito que está escondido. Então, é uma falácia atribuir exclusivamente ao combate ao vetor a possibilidade de acabar com a doença. Basta ver as sucessivas epidemias no país”, avalia a bióloga.

O monitoramento da população de *Aedes* é realizado por meio de armadilhas espalhadas pelos bairros, que fazem o controle da variável do trabalho relativa ao aumento ou à diminuição da infestação. Os dados gerados são atualizados semanalmente e disponibilizados no site *Onde está o Aedes?* (www.ondeestaoaedes.com.br), no qual qualquer cidadão pode verificar a situação de sua região.

As armadilhas permitem verificar se o mosquito, além de estar presente, porta os vírus da dengue e da zika. Antes de começarem os surtos, já havia armadilhas positivas para aquela. Mas não apareceu mosquito infectado com esta. “Ou seja, por enquanto a gente supõe e tem afirmado que não há circu-

lação do vírus da zika em Porto Alegre”, frisa Benjamin.

Clima – Mesmo que ainda não haja transmissão, a zika é fonte de preocupação e monitoramento ininterrupto. Isso, aliás, se tornou uma preocupação mundial.

Segundo o professor Francisco Aquino, do Departamento de Geografia, uma das principais consequências do aumento médio da temperatura do planeta no último século foi tornar as regiões úmidas mais úmidas e as secas mais secas. “Nesse ambiente, o mosquito se alastrou muito. Tanto é que existe hoje um esforço da Organização Meteorológica Mundial junto com a OMS para trabalhar em cooperação, melhorando os estudos de previsão do clima para que os gestores públicos possam se estruturar e atuar.”

Para o pesquisador, o regime de precipitação aumentou cerca de 10% na média no sul do Brasil, o que gerou um ambiente favorável para o mosquito. “O que preocupa é que esse cenário vai se manter e se intensificar nas próximas três ou quatro décadas”, completa.

Na capital, o controle dos focos do mosquito tem se concentrado nos bairros Chácara das Pedras e Vila Nova





Projeto aposta em software

Educação Aplicativos para dispositivos móveis trazem inovações pedagógicas

O processo educacional da Grécia Antiga tinha como base a *Paideia* – sistema pensado para a formação completa de um “ser humano perfeito”, atingindo o auge do humanismo. A partir desse método, outros programas de educação surgiram para se adequar aos diferentes períodos históricos. No século XXI, é difícil separar o mundo on-line do off-line. Nesse contexto, a Faculdade de Educação da UFRGS pesquisa um Software

Educacional Livre para dispositivos móveis, servindo como ferramenta auxiliar nas salas de aula.

O projeto teve sua origem a partir da tradução do inglês de artigos da Wikipédia, o que acabou gerando a *Tabela Dinâmica Software Educacional Livre para Dispositivos Móveis*. A tabela conta com mais de 300 aplicativos e funciona no sistema de etiquetagem, ou seja, clicando em tags, se pode ir até o arquivo desejado, dentro da própria Wikipédia. O software está dividido em áreas do conhecimento, nível escolar e é organizado por ordem alfabética. Para tornar mais acessível, a organização se dá também por cores, que variam conforme muda a disciplina. A maioria das páginas foi traduzida para o português por meio de uma iniciativa coordenada pelo professor de Psicologia da Educação da UFRGS Paulo Francisco Slomp. “O objetivo é criar um

ambiente que ajude os professores na formação de alunos desde os anos iniciais até o ensino superior”, explicou. Como estratégia para dar maior visibilidade ao trabalho, o conteúdo é também disponibilizado em inglês, espanhol, francês, italiano e português europeu.

Criação livre – Houve um crescimento considerável no número de pessoas que acessam a internet por smartphones e tablets, inclusive entre a população infantil. Estudo feito pela E.Life (empresa especializada em pesquisas de comportamento referente às novas tecnologias) mostra que, até 2015, 53% dos usuários brasileiros acessavam a internet via dispositivos móveis. Como resultado disso, desde o ano passado, Slomp estrutura o mapeamento de um software livre educacional, com os aplicativos selecionados de forma minuciosa

entre os 1.700 disponíveis no repositório *F-Droid*, sendo desenvolvido para as plataformas *Android*, *IOS* e *Windows Phone* através do sistema operacional *Linux*.

Os softwares livres tiveram nos Estados Unidos o seu ponto de partida, onde, inclusive, os professores criam aplicativos de acordo com seu interesse pedagógico. A pesquisa pode ser feita por meio da licença *Creative Commons CC-BY-AS*. Outras licenças comumente utilizadas são as desenvolvidas pelo *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), a *Apache* e a *GNU-GPL* (*General Public License*).

A grande inovação do repositório é o fato de ser gratuito e livre, com a possibilidade de o usuário criar tópicos no formato wiki, como frisa o bolsista e estudante de Matemática André Ferreira Machado: “Nem todo software gratuito é livre. Para um dispositivo

ser dessa forma, quem utiliza deve ter a liberdade de distribuir cópias modificadas por ele, para que outra pessoa possa, caso desejar, acrescentar seu conhecimento e passar adiante”. Dentre os aplicativos disponíveis, há jogos educativos. Segundo Slomp, é importante existir a possibilidade de gerar conteúdo nesses jogos, como é o caso do *Minecraft*, e não apenas memorizar. “Uma das principais heranças do software é o uso educativo dos computadores, e não apenas a utilização recreativa”, acrescenta.

Em julho do ano passado, Slomp e André apresentaram o projeto no 16.º *Encontro Mundial de Software Livre*, realizado na cidade francesa de Beauvais, colocando Porto Alegre no mapa de referências em softwares livres no mundo.

Acessibilidade – Há alguns anos, o Ministério da Educação disponibilizou aos professores *tablets* com alguns (poucos) aplicativos educacionais. Aqui no estado, todos os docentes do ensino médio da rede pública já receberam o produto. André alerta para a questão ética: “Alguns aplicativos fechados podem coletar informações do usuário e levá-las para outro lugar. Fica a dúvida de até que ponto isso é positivo, tendo em vista que há a possibilidade de crianças e adolescentes sofrerem espionagem”, explica o bolsista.

Não há como prever o número de usuários do dispositivo no Brasil. Desde o início de março, 2.100 pessoas compartilharam o projeto nas redes sociais, porém os idealizadores da pesquisa consideram que, por meio do compartilhamento, outras pessoas também tenham acesso, tornando difícil fazer um cálculo exato. Em um curto período, o software educacional livre poderá se tornar peça-chave no desenvolvimento de alunos, independentemente do grau escolar, servindo inclusive para estudantes sem condições de arcarem com um curso preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e para o vestibular.

Kayan Moura, estudante do 4.º semestre de jornalismo da Fabico



O software deve ser capaz de estimular o uso educativo dos dispositivos, e não apenas sua utilização recreativa

Dois-pontos

Antônio Falcetta, revisor
antonio.falcetta@secom.ufrgs.br

► Teorias, teorias!

Por uma necessidade de bússola, como quem sobe um paredão à unha, olhos vendados, busco teorias. Afinal, em algum momento elas devem ser imprescindíveis. Ainda mais diante dos atos de linguagem exponenciados pelo cenário *sui generis*. Nessa espécie de desespero, a primeira que me ocorre é a do Agir Comunicativo, de Habermas. Propõe uma teoria orgânica da racionalidade crítica e comunicativa, fundada sob a dialética entre o agir instrumental e o agir comunicativo. Sendo a linguagem o princípio base da razão comunicativa, ela constitui o lugar em que se dão as interações sociais no mundo da vida. E mediatiza toda a relação

significativa entre os sujeitos e os objetos, o que pressupõe entendimento mútuo sobre o sentido das palavras e sobre o sentido de ser das coisas e das ideias. Sem a linguagem e o entendimento mútuo – que proponho como *dialogia* –, não temos nem conhecimento nem acesso ao conjunto de valores que cada um de nós individual ou comunitariamente “vive” de maneira espontânea.

Para se dar um dos princípios básicos da comunicação, ou seja, a compreensão entre os sujeitos, há, portanto, o pressuposto de reciprocidade. E isso implica permeabilidade, permuta de sentidos, além da consideração de se tratar a verdade algo inacabado, fugaz. Sem reciprocidade, fixa-se a monologia. Prevalece, pois, a apologia à verdade. Sob essa condição, nada mais há

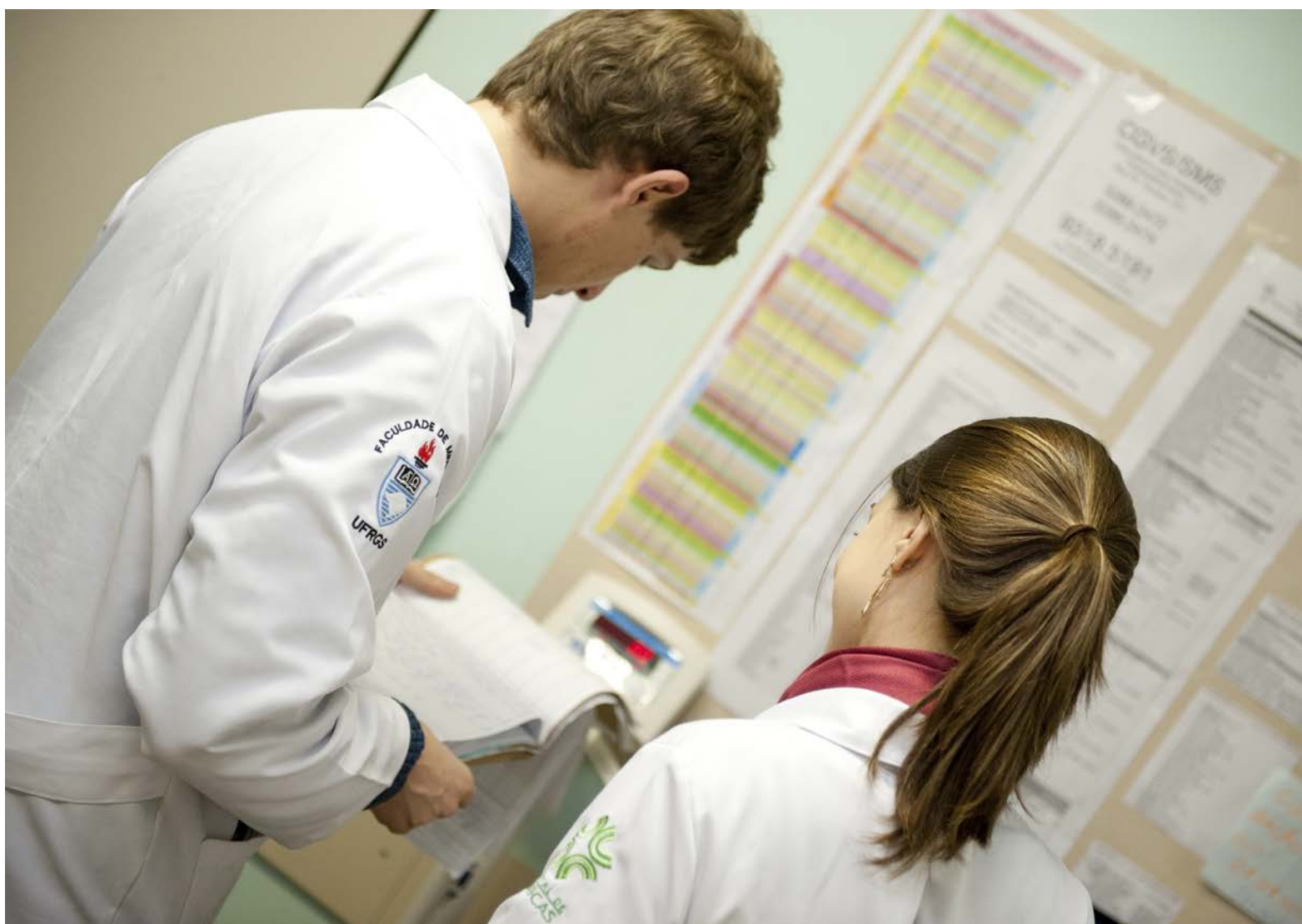
a ser dito. E isso dá espaço a uma retórica tautológica, que mascara a ausência de sentido pela repetição.

Tudo muito claro (?) nessa primeira tentativa, vamos à teoria de Maniqueu, uma vez que, sob as circunstâncias impropícias a reflexões, viraliza o raso. A polaridade das posições, que se embasada em informações e opiniões descoladas da experiência, fecha as comportas.

Especulemos, providencialmente, parte do caminho teórico proposto pelo catalão Jorge Larossa, que aponta a ‘descategorização da experiência’ protagonizada pela vida moderna mediada/midiada. Pautados pela segurança e pela preservação, não nos expomos, não somos expostos, e a experiência, essa possibilidade

de sentir as particularidades do mundo e de nós, se reduz ao conhecimento pronto, às teorias repetidas e previsíveis, ao produto consumível que se pretende conhecimento.

Enfim, temos uma monologia generalizada de tendência maniqueísta roteirizando uma existência terceirizada. Constitui-se, assim, uma sociedade dura, reprimida, contaminada pela falta de sensibilidade solidária, de ética, de história. Pensavam agora se os haitianos, entre os demais migrantes que aqui buscam a sua sobrevivência, vieram ao lugar certo na melhor hora. Não generalizemos, abortemos essas matrizes, pois estão à mesa projetos – e não paixões nem idioletos (que refletem pessoalidades) – orientados por direitos e necessidades viscerais de muitos entre nós.



O Programa direciona suas atividades para a prática que realmente desenvolve um médico, com o propósito de atualizar o seu conhecimento

Médicos e alunos

Extensão Programa da UFRGS requalifica profissionais da saúde há 30 anos

O Programa de Educação Médica Continuada (PEMC), atividade de extensão da Faculdade de Medicina da Universidade (FAMED), completa três décadas neste ano. A iniciativa foi proposta em 1987 pelo professor Waldomiro Carlos Manfroi, que à época era diretor da Faculdade, e referenciou-se no Programa Cardiológico Continuada para o Estado, criado pelo próprio Manfroi quando presidiu a Sociedade de Cardiologia, nos anos de 1979 e 1980. A aceitação foi grande e, a partir disso, ficou clara a necessidade de atividades mais voltadas para o desenvolvimento dos próprios profissionais, capazes de lhes dar maior tranquilidade na sua profissão depois de egressos da universidade. O mesmo perfil do Programa Cardiológico foi implantado na Educação Médica Continuada.

A estratégia fez parte de uma proposta de mudanças profundas da FAMED. Manfroi, com Especialização em Educação, chegou à conclusão de que o melhor para os profissionais era desenvolver experiências práticas. Dois moti-

vos influenciaram essa dedução: o primeiro foi o fato de que a formação desses especialistas ocorria na universidade, sendo que, após a formatura, muitos desses ex-alunos não mantinham mais contato com a instituição; o segundo, e mais importante, foi direcionar as atividades para a prática que realmente desenvolve um médico, com o propósito de atualizar o seu conhecimento.

Um subgrupo, com a função de organizar a sequência anual de cursos de atualização em diferentes áreas, foi integrado por professores como Ariel Azambuja de Freitas, José Rosalino de Almeida, Moacyr Saffer, Nelson Pires Ferreira, Noemia Perli Goldraich, Renato Rego Failace e Sérgio Saldanha Menna Barreto, com a assistência da colaboradora Janete Barbosa.

Experiência pioneira – Para a primeira edição do Programa, os profissionais deveriam ter mais de cinco anos de exercício da profissão e ser egressos da UFRGS. Foram oferecidos 17 cursos entre os meses de abril a dezembro de 1987. O professor Manfroi justifica essa programação: “Tudo foi estudado para desenvolver atividades ao longo do ano para que eles participassem junto com os alunos de graduação e pudessem absorver bem o conhecimento”. Entre os cursos propostos estavam *Otorrinolaringologia na Prática Médica*, *Prioridades em Saúde Mental para Médicos*, *Conduta nas emergências Torácicas*.

Na edição de estreia, contudo,

a procura não foi muito significativa – foram somente 167 inscritos para 336 vagas ofertadas. “Tudo o que é novo é motivo de resistência. Então, o primeiro programa organizado com esse grupo de 17 cursos foi motivo de muita crítica”, explica Manfroi. De acordo com o ex-diretor, o único valor cobrado dos participantes era simbólico, para que pudessem ser abatidos os gastos que os organizadores teriam. E acrescenta: “Foi feito o cálculo de quanto custaria, e, a partir disso, o programa foi se mantendo”.

“O melhor é poder sair do interior do estado para assistir a aulas com meus colegas da época da faculdade”

Cláudio Humberto Zasso
Aluno do PEMC

Um convênio com os hospitais de Porto Alegre tornou-se uma alternativa necessária, já que os ministrantes trabalhavam nesses locais e dariam os cursos em seus respectivos ambientes de trabalho, como o Hospital de Clínicas e a Santa Casa de Misericórdia.

Readequações – Após a realização do primeiro evento, foram feitas avaliações dos cursos por parte de professores e alunos.

O objetivo era melhorar cada vez mais os modos de ensino e a estrutura dessa atividade de extensão universitária.

As opiniões concentraram-se em: lugares mais adequados para a realização do curso; a época em que eles seriam ofertados; as datas e horários de funcionamento; e, principalmente, a inclusão de outros temas. Com a divulgação desse relatório, juntamente com a aprovação dos participantes, as pessoas começaram a enxergar a proposta de outra forma, chegando a ser referência nacional na área. Consequentemente, a procura tornou-se maior nas edições subsequentes. Ao longo dos anos, esse tipo de avaliação foi sendo feita sucessivamente, sempre com o objetivo de qualificar a atividade.

Ampliação – Com o passar do tempo, o PEMC sofreu algumas mudanças, transformando-se em uma atividade de extensão para milhares de médicos, chegando à sua trigésima edição em 2016. Os cursos continuam focados na prática, com palestras sendo introduzidas na parte teórica.

O cronograma das atividades é organizado pelos coordenadores, sendo que os 11 cursos oferecidos neste ano serão realizados entre os meses de maio e novembro, com duração de, no máximo, dois dias. “O Programa procura envolver todas as principais disciplinas da Medicina”, relata o atual coordenador, Roberto Mário Issler, que está à frente da iniciativa desde 2014.

Cláudio Humberto Zasso, que hoje trabalha como médico geral comunitário na cidade de Sobradinho, há 187 km da capital gaúcha, participa dessa atividade de extensão desde o seu início, em 1987, e, neste ano, não será diferente. Anualmente, ele procura realizar diversos cursos, já que necessita de atualização em várias áreas.

Segundo Humberto, que se graduou na Universidade em 1980, o interessante é que esse programa lhe proporciona assistir à aula com colegas da época da faculdade. E conclui: “Ao longo desses 30 anos, a parte prática melhorou muito. Porque, para mim, sair do interior e vir a Porto Alegre para ter uma aula teórica não vale a pena, é a mesma coisa que ler um livro”, justifica.

Formação a distância – O propósito inicial de focar em egressos da UFRGS mudou. Hoje, o Programa atinge profissionais das mais variadas instituições de ensino superior do Brasil.

Conforme o coordenador, uma inovação importante que corroborou para essa expansão foram os cursos oferecidos a distância, os quais conseguem integrar muitos médicos que, por inúmeros motivos, não podem ou não conseguem se deslocar até Porto Alegre. Essa modalidade é disponibilizada para os formados há, no mínimo, três anos, com ensino pela internet e material didático no Moodle. Entretanto, tem-se o ponto negativo à medida que essa modalidade de ensino não permite que os alunos possam desempenhar a prática de maneira adequada. Neste ano, essa alternativa não será ofertada. Segundo Issler, o pouco contato com a prática prejudica, mas ele assegura que já estão sendo desenvolvidas ferramentas para sanar essa deficiência, assim como estão buscando qualificar a estrutura dos cursos a distância.

Local e custo – Em 2016, os cursos serão realizados nos setores do hospital onde os coordenadores atuam, variando de acordo com cada especialidade. A base será o Hospital de Clínicas, justamente o local em que os alunos de Medicina têm o seu primeiro contato prático com a profissão. “No curso de Dermatologia Pediátrica é importante que vejam a lesão de pele em crianças, e isso vai ocorrer no ambulatório da Dermatologia, que é no HCPA”, observa o coordenador. O custo da inscrição varia conforme a tabela disponibilizada pela Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FAURGS), sendo que a média é de R\$ 200 reais por 15 horas-aula.

Até 2015, foram disponibilizadas 12.876 vagas, com a ocupação de 8.576. Um percentual de quase 70% de preenchimento durante 29 anos. Essa estatística pode aumentar neste ano, já que alguns cursos estão com as suas vagas esgotadas e, consequentemente, possuem lista de espera.

Lucas Mello, estudante do 4.º semestre de Jornalismo da Fabico



KANHGÁG VI KI/REPRODUÇÃO



Textos e ilustrações das obras publicadas a partir de projeto de formação de professores, promovido pelo MEC com a parceria da UFRGS, são de autoria exclusiva de indígenas

Cultura indígena impressa

Saberes

Professores kaingang e guarani produzem material para uso em sala de aula

Jacira Cabral da Silveira

Uma caixa de fósforos pode ser pequena, mas contém vários palitos no seu interior, e cada um deles é capaz de produzir luz. Assim Kuaray Jexaka explicou a importância do livro didático de 24 páginas elaborado por professores guarani que trabalham em escolas indígenas no estado. Lançado em março deste ano juntamente com outra obra didática, esta produzida por professores kaingang, ambas as publicações resultam da ação *Saberes indígenas na escola*, que integra o programa de formação continuada do MEC destinado àqueles que atuam nos anos iniciais da educação básica. A UFRGS colabora com a iniciativa por meio dos cursos de Antropologia, Educação, Letras e Música, sob a coordenação das docentes Maria Aparecida Bergamaschi e Magali Mendes de Menezes.

Kuaray, que adotou o nome não indígena Joel Pereira, é orientador de estudos de um dos cinco grupos de dez membros da comunidade guarani que participam da formação. Segundo ele, mesmo que os professores produzam seus próprios materiais para uso em sala de aula, o fato de a publicação ter sido elaborada pela totalidade dos professores guarani no estado – 59 no total – traz contribuições mais amplas. A fora o valor de ser um

trabalho coletivo, o livro oficializa o alfabeto guarani, que até então gerava controvérsia quanto à grafia: “Já não tenho mais dúvida de como vou escrever em guarani”, confidenciou um dos orientandos. “Uma das coisas que está sendo marcante hoje é isso”, comenta Kuaray ao relatar a repercussão da obra junto à sua aldeia, Arandu Vera, no município de Getúlio Vargas, onde atua na Escola Estadual Vicente Karáí Okendá.

O trabalho teve início em 2014, com a realização de dois encontros regionais com educadores e representantes mais velhos da cultura guarani. Estes últimos foram convidados a narrar histórias e a falar dos valores do seu povo. *Jereroayu* foi a escolha para o título da publicação, que compreende sete textos e o alfabeto guarani que dá início à obra. Entre as falas dos anciões, Kuaray destaca o tema *Nhemongeta*, que quer dizer “conselho”. Nessa ocasião, eles falaram da importância da transmissão dos ensinamentos aos mais jovens. O material, que vem acompanhado de um CD com a versão digital do livro, traz aspectos da plantação de sementes tradicionais, como os diferentes tipos de milho, e o calendário guarani dividido em duas estações: o período das plantações e colheitas e o de inverno.

Fortalecimento – Bruno Ferreira está lotado no Instituto Estadual de Educação Indígena Ângelo Manhã Miguel, localizado na Terra Indígena Inhacorá, em São Valério do Sul, onde estudam 168 alunos matriculados no ensino médio, politécnico e magistério. Assim como Kuaray, ele participa do programa do MEC, mas na função de consultoria às escolas indígenas. Durante todo o ano de 2014, ele esteve envolvido com a produção do material kaingang, que

compreende o livro *Kanhgág vi ki*, um fichário de leitura e um CD.

Como a população kaingang é maior do que a guarani no estado, o seu número de escolas e de professores também é maior. Sendo assim, foi necessária a indicação de representantes para formar o grupo encarregado de elaborar o material didático kaingãNg. De acordo com Bruno, coube a essa comissão selecionar e organizar o que foi encaminhado por seus colegas (150 educadores). “A produção final representa o conjunto da força que os professores têm e de que não se davam conta”, avalia o formador.

Com quase cem páginas, o livro didático *Kanhgág vi ki* reúne tanto textos como exercícios a serem trabalhados em sala de aula ou acessados na forma digital, para maior socialização de seu conteúdo. De acordo com Bruno, cada professor receberá seu exemplar para que seja usado de forma coletiva. Embora ressalte a relevância de todos os temas abordados no livro, comenta o texto intitulado *Kame kar kanhru*, que versa sobre o modo de ser de seu povo, tendo como ilustração o sol e a lua, representando, dessa forma, as metades originadoras da sociedade: os kamé e os kairu.

Currículo – Além de fomentar pesquisas que resultem na elaboração de materiais didáticos e paradiáticos em diversas linguagens, bilíngues e monolíngues, conforme a situação sociolinguística e devido às características da educação escolar indígena, o programa do MEC *Saberes Indígenas na Escola* oferece subsídios à elaboração de currículos, à definição de metodologias e sistemáticas de avaliação que atendam às especificidades dos processos de letramento, numeramento e conhecimento dos povos indígenas.

Quanto ao aspecto curricular, Kuaray relata as visitas que fez recentemente a quatro escolas indígenas. Em todas as ocasiões, ele pôde perceber o obstáculo para se atingirem tais metas: “O que me marcou nessas aldeias é a dificuldade da própria escola em respeitar a tradição e a cultura guarani”. Para o educador, é a escola que deve se adequar à cultura indígena, não o inverso. Adaptações que implicam tanto conteúdos como aspectos administrativos da escola.

Conforme a tradição, quando uma garota guarani “vira mocinha”, conta o educador, ela deve se resguardar por um período de duas semanas sem sair de casa. Ao visitar as escolas, Kuaray questionou os mestres indígenas sobre o assunto, perguntando: o que faziam nesses casos? Eles disseram que não davam falta para essas meninas, pois sabiam estarem cumprindo os ensinamentos de seu povo. Esse entendimento, entretanto, não se repete entre os

professores não indígenas, que acabam registrando a ausência das alunas. “Quando vem um que não conhece a cultura indígena, já vai dando falta”, critica.

Questionado se a criança indígena percebe a escola como sua, Bruno, mestre em Educação pela UFRGS, responde que dificilmente uma criança, indígena ou não indígena, tem essa noção. Por outro lado, afirma que a comunidade, sim, pode perceber a escola como sua: “Desde os anos 90, os povos indígenas [no Brasil] vêm numa luta na tentativa de assumir essa escola como sendo deles, dando a sua cara à educação indígena”, aponta, acrescentando que não há como ignorar que a instituição escolar é um espaço do Estado, mas que também é um espaço a ser conquistado. Ainda que a legislação brasileira assegure conteúdos curriculares como valores culturais e a língua indígena, Bruno destaca a importância de ambos os conhecimentos, o da cultura indígena e o da não indígena: “Eles precisam dialogar”, reitera.

Perfil das escolas no RS

Características – Com base na legislação brasileira, as escolas indígenas são criadas em atendimento à reivindicação da comunidade interessada ou com sua anuência. Entre as exigências para a sua criação, figuram: a instalação em terras habitadas por comunidades indígenas, ter organização escolar própria e atender com exclusividade à população da aldeia onde estão inseridas. Embora os professores lotados em tais instituições possam ser indígenas ou não, os primeiros devem atender somente às escolas localizadas nas aldeias.

Em números – Os dados fornecidos pela SEC/RS apontam que existem hoje no estado 91 escolas indígenas. Dez estão localizadas em zona urbana e 81 em zona rural. Nove delas possuem diretor de origem indígena. No total, são 729 professores atuando na rede, mas não há um levantamento de sua origem, indígena ou não. Quanto ao número de alunos matriculados, 493 estão na escola infantil, 5.132 no ensino fundamental, 259 no ensino médio e 545 na EJA.

Ciência, cooperação e paz

Lídia Brito
Diretora de
Ciência da
Unesco avalia
a produção
científica e
aponta desafios

Everton Cardoso

Lídia Brito pertence à primeira geração de engenheiros florestais formados em Moçambique. Prova disso é que seus professores, quando estudava na Universidade Eduardo Mondlane, na capital da nação africana, eram estrangeiros. Graduada, foi assistente de investigação na mesma instituição, fez mestrado e doutorado na Colorado State University, nos Estados Unidos, e retornou à sua Maputo natal para seguir carreira como pesquisadora. Com preocupações voltadas a modelos alternativos de desenvolvimento, acumula a experiência de ter participado dos processos iniciais em termos de produção de conhecimento e da constituição do que chama de uma “massa crítica” em seu país – emancipado de Portugal apenas em 1975. A partir dessa experiência, foi vice-reitora de sua *alma mater* – entre 1998 e 2000 – e esteve à frente do Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia moçambicano – entre 2000 e 2005. Depois disso, passou a atuar na Organi-

zação das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Atualmente, reside em Montevidéu, onde dirige o Escritório Regional de Ciência da Unesco para a América Latina e o Caribe. Em abril, esteve na UFRGS para o III Encontro de Cidades e Universidades, apresentando a palestra *Universidades e Cidades em um Contexto de Transformação*, e concedeu entrevista exclusiva para o Jornal da Universidade.

Qual o papel da ciência e da tecnologia na sociedade contemporânea?

É o poder transformativo; de pensar diferente; de não ter que seguir assim porque sempre se fez assim; de questionar; de manter as questões vivas; e de, nesse processo, buscar alternativas. Muitos dos nossos sistemas, das nossas organizações e das nossas políticas estão baseados na certeza, porque isso nos dá conforto. Mas, na verdade, vivemos num mundo interconectado e extremamente incerto. Se não houver esse poder de questionar, de refletir e de compreender a profundidade das questões, vai ser muito difícil de ter uma agenda de desenvolvimento sustentável. Essa ciência tem, no entanto, que estar muito mais aberta à participação e muito mais integrada. Desenvolvimento inclui questões sociais, culturais, ambientais e de produtividade; então, é preciso várias ciências, vários saberes, para que o tema do desenvolvimento possa efetivamente ser abordado na sua complexidade e de forma multidisciplinar.

O que tem mudado a partir dessas circunstâncias?

As universidades e os cientistas já estão a ver um novo paradigma da ciência. A interconectividade dos sistemas e do planeta Terra é um problema que a Ciência está a pôr na mesa. Isso permeia as agendas políticas nos níveis global, regional e nacional. Este é, portanto, um momento fundamental para as universidades: tem de haver mudanças estruturais, nos currículos e na forma como a universidade se vê. É preciso perceber, por exemplo, o lugar da instituição dentro do espaço da cidade, a relação com o Estado, a responsabilidade e o comprometimento com os cidadãos. As instituições de ensino superior é que podem nos ajudar a entender essas complexidades de uma decisão global com impacto local e vice-versa.

Como esse processo pode ser possível?

Temos de ter instituições que produzam conhecimentos científicos diversificados. Muitas vezes, uma universidade sozinha não pode ter todos os dados para um projeto, então precisa fazer a ligação com outros centros de pesquisa, não só dentro do seu país, mas na sua região e no mundo. Isso, se bem utilizado, é um fator incrível de aproximação das sociedades, porque esses investigadores que falam línguas diferentes, que têm formas de expressão cultural completamente diferentes, de repente estão a trabalhar juntos e têm uma linguagem científica em comum. E se esses pesquisadores trouxerem

também a sua cultura, a expressão das suas sociedades, é como se diferentes países se juntassem a partir dessa linguagem científica. Mas, para isso, é preciso que os cientistas estejam embebidos nas suas próprias coletividades e, quando interagirem com seus pares, embébam-se em outras sociedades. É como se essas duas culturas se aproximassem. A ciência tem um potencial incrível para promover a paz. Se é na mente dos homens que se criam as guerras, então é na mente dos homens que devemos erguer as barreiras contra a guerra e o baluarte para construir a paz. E é por isso que a Unesco trabalha em educação, em ciência, em cultura: esses fatores permitem que o mundo seja muito mais harmonioso e que haja essa visão conjunta da paz.

Como está essa situação na América Latina hoje no que tange à cooperação e ao desenvolvimento científico?

Olhando para números, é possível dizer que esta é uma das regiões que mais tem crescido sistematicamente em nível de massa crítica. Claramente ainda está muito abaixo daquilo que é o ideal em termos de investimento em ciência, tecnologia e educação. Essa avaliação é feita com base no percentual do Produto Interno Bruto (PIB) que uma nação investe em pesquisa científica. O Brasil está acima do 1%, mas, na região, é provavelmente o único país que ultrapassou essa barreira; a maioria está abaixo desse índice. Temos um relatório da Unesco com os dados de todos os países,

e a maior parte dos que se podem chamar de cientificamente desenvolvidos estão entre 2% ou 3%. Há, porém, uma diferença: grande parte desse montante não vem do governo, mas de empresas, do setor privado. Na América Latina e também em África, esse investimento é estatal, não há uma aplicação de capital privado. A China mudou muito nisso e hoje é um dos países que mais investe em ciência e tecnologia.

“Tem de haver mudanças estruturais, nos currículos e na forma como a universidade se vê”

Que avanços têm sido percebidos no setor?

O que é interessante é que se têm criado redes de cooperação. Bom exemplo é o grupo Montevidéu de universidades, no Mercosul. Em iniciativas como essa se estabelecem espaços de cooperação entre universidades dentro dos próprios países da sua região e surgem oportunidades. Mas é necessário, também, que as agências de fomento à pesquisa dessas nações tenham uma visão comum e trabalhem umas com as outras, porque a ciência não pode ser só local. A universidade tem de fazer essa ponte. Nesse sentido, tem sido importante não só mandar brasileiros para fora como receber estudantes estrangeiros. Esse intercâmbio muda a cultura da universidade, por isso é preciso haver mecanismos para promover a mobilidade científica dos estudantes, dos professores e dos investigadores.

Como esse conhecimento científico pode se reverter em desenvolvimento na América Latina?

Muitos dos países têm a sua exportação baseada em *commodities*, em produção agrícola. A questão é como trazer mais-valia a esses produtos, como chegar a produtos que tenham mais-valia de conhecimento e tecnologia. Por esse motivo, a transformação da matriz produtiva tem de ser equacionada. Hoje, a América Latina possui grandes universidades e tem polos de desenvolvimento científico e tecnológico de alto relevo não só para a região. Como fazer isso continuar a se desenvolver? Como garantir que esse conhecimento e essa tecnologia tenham impacto em nível local e regional? Como esse sistema científico pode se tornar cada vez mais capaz de abordar as questões de desenvolvimento de sua própria região? Esses são os desafios.



GUSTAVO DIEHL/JU

Para a docente moçambicana, é na mente dos homens que se devem erguer as barreiras contra a guerra

Relações EUA–Cuba: o fim da hostilidade?

Mathias Luce*

“Estados Unidos virá dialogar conosco quando tenha um presidente negro e exista no mundo um Papa latino-americano.” Esta declaração de Fidel Castro em entrevista ao jornalista inglês Brian Davis, no ano de 1973, tornou-se profética. Quatro décadas depois, EUA e Cuba reatam relações diplomáticas com a intermediação e o beneplácito do Papa Francisco, e Barack Obama é o primeiro presidente estadunidense a visitar a ilha em 88 anos. A frase de Fidel, mesmo que citada à exaustão pela grande imprensa, não poderá se tornar um clichê: as vicissitudes históricas percorridas até o acontecimento em tela não comportam lugares-comuns.

Artífice que atuou nos bastidores favorecendo a reaproximação entre os dois países, o Papa Francisco selou sua mediação com o chamado “fazei a paz, não a guerra”. Guerra é, de fato, uma palavra adequada para exprimir os contornos das relações bilaterais entre EUA e Cuba por mais de meio século. Não simplesmente no sentido convencional, mas incluindo o episódio do perigo do confronto termonuclear de 1962 e, principalmente, a guerra na forma das ações encobertas (invasão da CIA em Playa Girón, explosão do avião da Cubana...) e dos efeitos silenciosos – porém socialmente danosos – do bloqueio econômico (estudo de 2008 estima até aquela data em 82 bilhões de dólares as perdas infligidas pelo bloqueio contra Cuba).

Não é por menos que diferentes analistas referem-se ao significado do encontro dos líderes de ambos os países ocorrido em março como a chance de se virar a última página da Guerra Fria. Mas o que isto significa exatamente para os governos de EUA e Cuba e suas respectivas populações? O que ensejou a visita oficial e a reaproximação entre os contendores que simbolizam matrizes antagônicas de organização da vida em sociedade em nosso continente? Deixará realmente de existir o antagonismo em questão?

Além da mediação do Pontífice (secundada pelas gestões do cardeal cubano Jaime Ortega), três fatores favoreceram o reatamento de relações e o avanço das conversações. O primeiro foi a libertação dos agentes cubanos que estiveram anos no cárcere nos EUA, depois de presos em Miami quando investigavam uma rede de sabotagens contra alvos de Cuba e de tráfico de pessoas operando na esteira da Lei de Ajuste Cubano (regra que concede cédula estadunidense a todo cidadão cubano que se arriscar nas águas do Caribe para chegar ilegalmente aos EUA, utilizada como instrumento de desestabilização do regime). O retorno dos Cinco Heróis, como são conhecidos (ver o livro de Fernando Morais, *Os Últimos Soldados da Guerra Fria*), marcou um novo momento nas conversações bilaterais, após exitosa campanha internacional pela liberdade dos agentes e a devolução, em troca, de um agente secreto dos EUA também capturado na ilha. A visita de Obama deu-se 15 meses depois do anúncio do reestabelecimento de relações diplomáticas, em cujo concurso a troca de prisioneiros jogou um papel importante.

O segundo fator, associado ao primeiro, foi a revisão da política externa dos EUA para Cuba. Como escreveu Agustín Lage Dávila, diretor do Centro de Imunologia Molecular de Havana, a visita oficial representa “o abandono da opção militar e subversiva” e o início de outra abordagem na política estadunidense para Cuba, o que, de alguma maneira, implica o reconhecimento do fracasso das políticas hostis praticadas até então. Isso não significa, porém, que as

relações bilaterais tenham deixado de ser entre poderes assimétricos. Para o cientista, “a estratégia principal [dos EUA] será relacionar-se com o setor não estatal e apoiá-lo”, tentando enfraquecer o caráter coletivista das empresas públicas. Fracassada a estratégia das medidas agressivas mediante o uso do poder coercitivo – aberto ou encoberto –, a aposta dos EUA é mudar a concepção que orienta a sociedade cubana, disseminando em suas fendas as sementes da economia de mercado e seus valores correspondentes. Este ponto remete ao terceiro fator que ensejou os diálogos rumo a uma reaproximação.

Desde as resoluções do VI Congresso do Partido Comunista de Cuba, em 2011, a ilha socialista implantou novas orientações em sua organização econômico-social. Há alguns anos, fui debatedor da conferência que Al Campbell (Universidade de Utah) proferiu na Faculdade de Economia da UFRGS sobre *A economia cubana atual*. Campbell identifica três correntes de pensamento entre os quadros cubanos, no contexto das reformas em curso: os estatistas (favoráveis a diretrizes vigentes até meados dos anos 1980), os pró-mercado (partidários de uma abertura mais acentuada para o investimento externo) e os adeptos de uma solução intermediária. Para estes últimos, Cuba deve orientar-se por uma estratégia de acumulação de forças para preservar as conquistas históricas de sua revolução e resistir no contexto mundial, enquanto não se produzem transformações que mudem mais favoravelmente o quadro da globalização neoliberal.

É esta a posição que tem predominado na condução das reformas. Ao contrário do que sugerem o pensamento dominante, de um lado, e também análises oriundas da ultra-esquerda, de outro, o programa de reformas não é nem expressão da suposta ineficiência da economia cubana (que alcançou grandes proezas sociais para um país com seu histórico e os limites de seu tamanho e recursos internos), nem resultado de uma capitulação para “restaurar o capitalismo”.

Seu sentido é combinar a estratégia do fortalecimento da *economia do conhecimento*, em torno do complexo saúde-biotecnologia-educação-desporto (setores exitosos e que funcionam sob controle coletivo de propriedade social), com a autorização regulada de atividades privadas nos serviços (trabalhadores por conta própria) e a atração seletiva de investimentos externos para formar empresas mistas (setor turístico-hoteleiro e zona exportadora do porto de Mariel), procurando adensar outras cadeias produtivas internas.

Este terceiro fator, portanto (o novo marco econômico), é mais um aspecto do terreno em que Cuba e EUA entabulam negociações e sobre o qual ambos os governos procuram incidir. Raúl Castro espera conseguir a remoção paulatina das imposições do bloqueio. Obama espera criar uma corrente de negócios e de opinião para alentar o *american way of life* na ilha, por meio dos setores que se abrem para a iniciativa privada e do investimento estrangeiro. Trata-se de um jogo sem bola em que cada um atua em seu próprio campo, testando seus jogadores e

táticas, enquanto são disputadas as regras em que será jogado. Essas regras não dependem só de Cuba, mas do que ocorrerá no contexto internacional como um todo.

Os cubanos sabem muito bem o que estão fazendo e confiam na consciência, no talento e na cultura forjados ao longo de décadas de revolução, que educou o povo para escolher seu próprio caminho. Saberão persistir para evitar que seus valores sejam subsumidos à lógica de mercado e às desigualdades que engendra. Conforme escreveu Fidel em seu artigo *Hermano Obama*, Cuba não deixará de se opor ao poder dos EUA e denunciar suas políticas agressivas nas relações internacionais.

A normalização das relações traz elementos contraditórios, especialmente para Cuba. Mas é um caminho para romper o isolamento. Seus conflitos só chegarão a termo com a mudança simultânea em diferentes latitudes, no atual contexto de crise mundial e do modelo civilizacional imperante no planeta. Se a integração dos povos é um elã que move todo humanista consequente, esperamos que ela possa, no médio e no longo prazos, prevalecer frente à égide do capital. Como diz a mensagem de um grafite com a face de James Brown em uma esquina do bairro Havana Velha, existem “esquinas que rimam”. Oxalá sejam a autodeterminação dos povos e sua integração mutuamente soberana as linhas a rimarem na atual esquina de nossa história.

*Docente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS

Como diz o grafite com a face de James Brown na imagem ao lado, em uma esquina do bairro Havana Velha, existem “esquinas que rimam”. Que a autodeterminação dos povos e sua integração mutuamente soberana sejam as linhas a rimarem na atual esquina de nossa história





FLÁVIO DUTRA/JU



Estudado por pesquisadores da UFRGS, o zebrafish foi utilizado em projeto de ciências em uma escola de ensino médio de Canoas

Fisgando futuros pesquisadores

Iniciação Estudantes de ensino médio incursionam no mundo da ciência por meio do zebrafish

Jacira Cabral da Silveira

Esguios e alongados, com uma cabeça curta, narina protuberante e boca inclinada e voltada para cima, o zebrafish é um pequeno peixe cuja utilização como modelo experimental tem crescido nas últimas décadas. Sua principal característica é a presença de listras pretas e brancas ao longo do corpo e das nadadeiras anal e caudal. Os adultos possuem cinco listras preto-azuladas alternadas com outras amarelo-prateadas. Do comprimento total do corpo, a cabeça corresponde a apenas 10-15%. O corpo tem, normalmente, menos de 1 cm de altura e apenas 2-3 mm de espessura.

Desde 2008, esses minúsculos habitantes de aquários têm sido objeto de estudo de pesquisadores do Laboratório de Neuroquímica Celular, com a orientação do biólogo e professor Diogo Losch de Oliveira. Daquela data para os dias de hoje, devido ao grande interesse por desenvolver investigações a partir dos zebrafish no departamento de Bioquímica da UFRGS, a capacidade de armazenamento do Laboratório passou de 100 animais para três mil indivíduos. Anos atrás, entretanto, eles assumiram visibilidade para além do ambiente de pesquisa da Universidade e foram nadar em outras paragens.

Na escola – Vanessa Martini é professora de Biologia na Escola Estadual de Ensino Médio André Leão Puento, no centro de Canoas. Em 2012, com a orientação de Diogo Losch, ela propôs a duas

de suas turmas de final de ensino médio um projeto de ciências bem diferente daqueles aos quais estavam acostumados. Durante duas semanas, divididos em grupos de cinco colegas, eles deveriam se responsabilizar pelos cuidados de higiene e de alimentação de rápidos e pequenos peixinhos. Toparam.

Dias depois, chegava à escola 12 aquários, devidamente instalados no laboratório que passou a receber a visita diária dos estudantes para alimentar os zebrafish, sendo que de uma a duas vezes na semana eles deveriam limpar os recipientes. Mas as atividades de pesquisa aconteceriam mesmo aos sábados, durante todo o dia, e, segundo o professor Diogo: “Foi 100% de presença durante todo o período em que o projeto foi realizado”. Logo no início, entretanto, essa novidade causou certo alvoroço, pois os outros alunos da escola também queriam lidar com “os peixinhos”. Além disso, foi preciso compreensão de professores, como o de Educação Física, que acabaria liberando um e outro grupo para que fossem alimentar seus tutelados.

Na universidade – Inspirados no pesquisador das áreas de Bioenergética e de Metabolismo e pioneiro divulgador da ciência, Leopoldo de Meis, Vanessa e Diogo queriam em princípio saber o que os estudantes envolvidos no projeto pensavam sobre o fazer científico, assim como sobre os cientistas. Malucos, descabelados, seres isolados do mundo e muito inteligentes, quase inatingíveis. Essas foram algumas percepções que afloraram nos questionários respondidos em

sala de aula, revelando uma imagem estereotipada dos pesquisadores – respostas com as quais De Meis muitas vezes se deparou ao longo de suas ações de iniciação científica junto a jovens estudantes. “Quase a totalidade dos alunos evidenciou esse entendimento”, atesta Vanessa. “A mídia também contribui para construir essa imagem, mostrando o cientista isolado em seu ambiente de pesquisa”, acrescenta.

Outros temas a serem avaliados pelo questionário eram a emoção e a motivação quanto ao estudo de ciências. Ao serem realizados novamente no final do projeto, esses testes revelaram que os dois aspectos continuavam com a mesma intensidade positiva apresentada no começo das atividades, mas a surpresa, segundo a professora, deu-se quanto aos dois aspectos anteriores: as noções de ciência e cientista. Eles perceberam uma evolução significativa nesse entendimento, acompanhada de uma apropriação de linguagem e da desmitificação a respeito da figura do pesquisador. Diogo ficou especialmente surpreso com uma das postagens realizadas no grupo on-line criado em função do projeto: “Nossa, eu imaginava que era todo mundo muito inteligente, todo mundo concentrado. Trabalhando, eu vi que vocês são pessoas normais”, ri ao contar.

Depois das duas primeiras etapas de iniciação científica, que consistiram numa primeira visita dos pesquisadores à escola para expor o futuro trabalho e na rotina diária com os zebrafish, cada grupo deveria formular uma pergunta a ser pesquisada a partir do que haviam

observado e lido a respeito das cobaias. Surgiram questões como: existe preferência por alguma das duas rações que o laboratório dispunha para alimentar os animais; o comportamento dos peixes é o mesmo em ambientes ornamentados e não ornamentados; eles apresentam traços de memória em relação a um determinado evento.

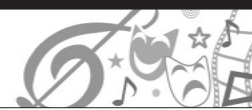
De acordo com Diogo, o envolvimento foi tanto que mesmo aqueles que não se interessavam normalmente pelas aulas, independentemente da disciplina, reagiram de forma positiva. Foi o caso de um dos grupos em que havia três alunos considerados problema, porque não se envolviam nas atividades de sala de aula. A recepção não foi diferente com a proposta de pesquisa, mas aos poucos, como precisavam se comprometer com os encargos de preservação dos zebrafish e das demais atividades, acabaram se integrando à turma, sendo que um deles chegou a gabaritar nas provas de Biologia: “Não era problema de aprendizado, eles simplesmente não se envolviam,” interpreta o professor.

Nas férias – O grupo do qual Juliana Lopes Soares participou não ficou satisfeito com o resultado de sua pesquisa. Diferente do resto da turma, eles formularam duas questões: queriam saber se havia diferença de comportamento entre as fêmeas e os machos da espécie zebrafish e se ambos os sexos reagiam da mesma forma sob o efeito da ritalina, remédio psicoestimulante usado para tratar o transtorno do déficit de atenção e a hiperatividade.

Essa última pergunta surgiu a partir do experimento que presenciaram quando visitaram a universidade. Um dos pesquisadores demonstrou a eles que estava fazendo um estudo no qual colocava o zebrafish em um recipiente com determinada solução e o peixe convulsionava. “Ái tivemos a ideia da ritalina, porque nós tínhamos muita dificuldade para pegar os peixinhos para contar; eles eram muito agitados”, justifica.

Por serem duas questões e pelo fato de o conjunto de indivíduos pesquisados ser muito pequeno, em torno de 15 peixes, Juliana, Matheus, Lauren e Bruno pediram para dar continuidade ao seu estudo no mês de janeiro daquele ano, assim teriam a chance de testar suas hipóteses em condições que julgavam ser mais eficientes. O pedido foi aceito, e eles passaram a frequentar o Laboratório de Neuroquímica Celular durante as férias escolares.

Hoje aluna do curso de Engenharia Mecânica do Instituto Federal de Sapiroanga, Juliana considera que o fato de não terem suas hipóteses comprovadas durante os experimentos com o zebrafish resultou em crescimento para todo o grupo. “Amadurecemos muito nessa parte de se questionar quanto a alguma coisa. Lembro o que o professor Diogo falava, e a gente brinca até hoje em dia com isso – porque com esse meu grupo eu tenho contato até hoje –, dizendo como ele: ‘Qualquer resposta é resposta’. Ou seja, a gente criou maturidade pra se frustrar, aprendendo que o resultado não é sempre o que tu esperas”, encerra.



Melancolia e celebração

Música

Obra destaca o universo da cultura pop em Manchester, Inglaterra

Flávio Dutra

Pode-se pensar *Guerra Sensorial*, o livro de Fabricio Silveira recém-lançado pela editora Modelo de Nuvem, como uma tentativa de produzir pontes. Entre Manchester e Porto Alegre, entre imaginação e observação, entre rigor acadêmico e linguagem ensaística. Para isso, a chave é a experiência da cultura pop, a partir do universo que se projeta tendo por epicentro a cidade inglesa e sua cena musical, forjada por The Smiths, Joy Division, Oasis, The Fall e uma diversa cultura underground.

A aproximação entre as cidades se dá por certo valor local que as identifica. Segundo Fabricio, “apesar das suas diferenças, Manchester, como Porto Alegre, tem uma cultura particular, um orgulho, um cultivo da identidade que oscila entre o rançoso e o charmoso”. Ainda assim, são orgulhos distintos, pois “Manchester se diferencia de Londres por algo que é quase uma consciência de classe, do tipo ‘Nós, aqui, somos os trabalhadores. Vocês ficam aí tomando chá com a família real’”. E isso é traduzido para a música, por exemplo, no jeito de caminhar do cantor do Oasis, que tem até uma gíria que o define como *swagger*, aquele balançar que exala algo entre a malemolência e a arrogância.

Também pela memória da fábrica e da revolução industrial, pelo frio do Norte, marcas que, para o autor, vão dando inteligibilidade para a música local.

A outra ponte entre imaginação e observação se instala pelo método de produção do livro. Para entranhar-se na cena musical local, Fabricio escolheu vivenciar a intensa programação cultural disponível. Em seis meses na cidade (“Um luxo poder me dedicar seis meses a um projeto pessoal”), quatro deles foram dedicados ao “campo”, frequentando 38 eventos no período, como shows, lançamentos de livros, exposições, seminários sobre música pop, palestras, apresentações de trilhas de filmes ao vivo e festivais. “A ideia era vivenciar o que estava disponível. Nunca me propus a ser um pesquisador distante. Quando queria ‘bater cabeça’, ia mesmo para o meio da pista. Mas, claro, nunca deixei de pensar sobre o que via, o que sentia, o que acontecia.” Diz, ainda, que algumas vezes parava num canto e fazia anotações para no dia seguinte transformar em texto. “Fazia apontamentos. Tinha isso de estar no show e manter o compromisso de escrever. Nunca me dividi entre analisar ou curtir. A preocupação era ir e voltar com experiências. Se formalizasse tudo, talvez matasse um pouco do que experimentava.”

Desse método “vivencial” vem a terceira ideia de ponte, que



CLARISSA DANIELUZ

é a forma dos textos. Mais do que uma linguagem acadêmica rigidamente formatada, *Guerra Sensorial* traz um forte exercício ensaístico. “A escrita é uma pauta que me acompanha e que aos poucos fui assumindo. O texto como lugar de criação, como espaço metodológico. Sempre tive queda pelo ensaio, pela literatura, por pensar a pesquisa como plataforma. A forma do texto é tão importante quanto o conteúdo.” Fabricio, pesquisador da Pós-graduação em Comunicação da Unisinos, afirma que aos poucos foi se propondo a esse formato, mas o limite acadêmico o deixa mais contido.

Dessa forma de trabalhar resultaram 42 textos. Destes, um faz o papel de introduzir o tema



Guerra Sensorial. Música pop e cultura underground

Fabricio Silveira
Porto Alegre: Modelo de Nuvem, 2016
208 páginas
R\$ 29,90 (preço médio)

e outro o de pensar o conjunto, numa espécie de conclusão projetiva. Somente dois foram trazidos de outros contextos que não o da cidade do noroeste inglês. Ainda assim, propõe reflexões que se mantêm no universo da cultura pop: uma sobre *haters*, outra sobre *hipsters*. Para Fabricio, ainda que com o risco da generalização, há algo que considera o fio con-

ductor para as narrativas: “Acho que posso dizer que a música de Manchester estaria entre a melancolia e a celebração. Entre o muito festivo e a tensão”.

As narrativas do autor são petardos certos e barulhentos, propostas ruidosas sobre o universo pop mancomuniano que se propõem a ressonar nos ouvidos, na cabeça, nos sentidos.



O sol é para todos

Harper Lee | Rio de Janeiro: José Olympio, 2015
350 páginas | R\$ 27 (preço médio)

Tolerância, antes de tudo

Nesse clássico da literatura estadunidense, o cotidiano de uma pequena cidade do sul dos Estados Unidos nos anos 1930 é descrito em detalhes por Jean Louise, uma garota de seis anos. Em um ritmo lento, o leitor vai sendo apresentado a personagens que convivem com o empobrecimento decorrente da Grande Depressão e o racismo latente na sociedade, mesmo após o fim da escravidão. No centro da narrativa está Atticus Finch, advogado e viúvo de meia idade que cria seus filhos – Jean, carinhosamente apelidada de Scout, e o irmão mais velho, Jem – de modo a possibilitar que eles aprendam a pensar de maneira própria, livres da intolerância e das amarras preconceituosas da sociedade que os circunda. Esperta e sensível, Scout constrói uma narrativa ao mesmo tempo infantil e perspicaz da dura realidade do condado de Maycomb: sua descrição dos colegas de escola, por exemplo, equivale a um tratado sociológico, na medida em que à cada criança corresponde um destino socialmente predeterminado, conforme o local de moradia ou a profissão dos pais. Em meio às tentativas dos irmãos e de seu

amigo Dill de tirar de casa um vizinho recluso, o trio vive dias de aventura, até que um crime vem abalar a aparente tranquilidade da cidadezinha. Seu pai é nomeado para a defesa de um negro injustamente acusado de estupro de uma garota branca. Determinado a provar a inocência de seu cliente, Atticus enfrenta a ira dos “cidadãos de bem” do condado, acostumados a promover a justiça com as próprias mãos. É, então, que todo o preconceito e a violência reprimidos se voltam contra o advogado e sua família. Mesmo sob pressão, ele insiste na defesa de seu cliente, trilhando um caminho sem volta no qual irá arriscar mais do que sua carreira. O livro, única obra conhecida da autora até o ano passado, conquistou o Prêmio Pulitzer de Literatura e ganhou as telas do cinema em uma premiada adaptação que teve Gregory Peck no papel de Atticus. Em 2015, Harper Lee faleceu e seus editores tiraram da gaveta um original inédito, apresentado como continuação da história. Conselho de quem leu a nova obra: escritores que deixam um texto na gaveta deveriam ter seu desejo respeitado. (Ânia Chala)



Contatos

DVD triplo | Instituto Moreira Salles: novembro de 2015
130 minutos (cada) | R\$ 45 (preço médio, por unidade)

Voyeurizar voyeurs

Fotógrafos costumam dizer que fotografam duas vezes: quando obtêm a imagem e quando a editam. Editar é o processo de escolher o que contará uma história, o que indicará uma intenção narrativa, uma vontade de gerar significados. É sempre um processo íntimo porque implica escolhas e, ao mesmo tempo, relação com os erros: o que se viu mal, o que não se teve competência técnica para resolver, o que estava “lá”, mas que na hora não foi percebido, a quantidade de imagens necessárias para alcançar o resultado. Este trabalho, agora, é bastante facilitado pelos meios digitais. Softwares possibilitam juntar imagens, selecioná-las, agrupá-las de maneira limpa e sempre retroagível. Nos tempos analógicos, a edição dependia das “folhas de contato”, que seriam o que é hoje uma página de *thumbnails* para visualização das imagens. Uma possibilidade que o fotógrafo tinha de, pela primeira vez, ver suas fotos como miniaturas retiradas do negativo, na forma de positivos. Assim, olhar as folhas de contato seria como penetrar a intimidade de um fotógrafo, perceber o seu percurso na busca de um instante, ver o que foi vivido para além

da imagem selecionada como “a” fotografia, aquela que geralmente viremos a conhecer.

É essa possibilidade que traz a série *Contatos*, conjunto de três DVDs publicados pelo Instituto Moreira Salles. Neles, fotógrafos mostram suas folhas de contato e, a partir delas, contam a história de como construíram suas imagens, como as perceberam, por que escolheram “esta e não aquela”. Divididos em três temas – a fotografia contemporânea, a fotografia conceitual e a tradição humanista do fotojornalismo, cada disco traz depoimentos de 12 nomes reconhecidos internacionalmente. Entre eles, Henri Cartier-Bresson, Josef Koudelka, Nan Goldin, Sophie Calle, Jeff Wall, Martin Parr, Elliott Erwitt ou o casal Bernd & Hilla Becher. Em seu depoimento, Bresson diz que a folha de contato é como “o divã do psicanalista, um sismógrafo que nos permite acompanhar o sim-não-não-não-sim-sim! que é a busca do instante”. Em outras palavras, olhar folhas de contato é como voyeurizar a vida dos que passam a vida voyeurizando os acontecimentos. Uma vingança prazerosa. (Flávio Dutra)

Tradição e ruptura sobre papel

Exposição Obras de ex-professores em destaque no Museu da UFRGS

Felipe Ewald

Aberta até 17 de junho no Museu da Universidade, a exposição *Presença da Pinacoteca Barão de Santo Ângelo nos 80 Anos da UFRGS – Módulo II* se propõe a ampliar e complementar o primeiro módulo, que segue aberto à visitação no espaço do Salão de Festas.

A Pinacoteca conta com 1.485 obras, registradas no *Catálogo Geral* publicado no ano passado. É um dos acervos públicos mais antigos do estado – ainda que o então Instituto de Bellas Artes não fosse uma instituição pública à época da sua criação, em 1908. “Trata-se de uma coleção riquíssima pela relevância histórica e artística das obras ali preservadas e estudadas, e que é pouco conhecida pela maioria das pessoas. Mostrar o acervo à comunidade, portanto, é fundamental”, comemora Paula Ramos, professora do curso de História da Arte.

Selecionar algumas dezenas de trabalhos a partir desse extenso conjunto para constituir a exposição envolve o estabelecimento de critérios, além de um conhecimento aprofundado do conjunto. Assim, um primeiro recorte estabelece, em continuidade com o Módulo I, a seleção somente de produções realizadas por professores que passaram pelo Instituto de Artes (IA). Outra delimitação diz respeito ao suporte das obras, o papel, diferenciando-se daquelas que estão no Salão de Festas, que englobam pinturas sobre tela e esculturas.

“A gente fez essas escolhas porque são muitos itens no catálogo e não teria como incluir tudo. Optamos por obras de maior importância, buscando elaborar um recorte histórico para tentar criar um panorama. De qualquer forma, ainda temos a previsão de fazer, no próximo ano, o Módulo III com os professores que estão em atividade”, aponta Blanca Brites, que divide a curadoria com Paulo Gomes, ambos docentes do departamento de Artes Visuais. Sobre a exposição, ela acrescenta: “A intenção é mostrar um patrimônio desconhecido: cada vez que a gente apresenta, todo mundo fica muito surpreso com o que se tem, tanto a comunidade acadêmica como o público em geral. No Módulo I, há obras expostas pela primeira vez. No segundo, o caso é outro, pois as produções sobre papel são mais fáceis de serem transportadas”.

Blanca enfatiza que esse projeto dos três módulos partiu de um convite feito pela Universidade através do Departamento de Difusão Cultural, numa demonstração de

interesse pela valorização do seu patrimônio. Com mais de um século, o acervo conta a história das artes do Rio Grande do Sul e também inclui artistas de outros estados e países.

Paula, que está entre os docentes que têm interagido com o acervo, ressalta que ele é um espaço de guarda, exibição e produção de conhecimento, a partir do qual é possível articular ensino, pesquisa e extensão. Além disso, lembra, muitos dos trabalhos mais contemporâneos expostos no Módulo II são resultantes de projetos de pesquisa e extensão.

A confecção do *Catálogo Geral da Pinacoteca Barão de Santo Ângelo*, lançado em agosto de 2015, também propiciou a atualização do acervo por meio da doação de muitas obras pelos artistas. Com exceção desses novos itens, “que ainda não estão tão na cabeça”, a curadora afirma que ela e seu colega conhecem a coleção “de trás para frente”, o que facilita a seleção dos trabalhos a serem expostos.

Recorte temporal – No planejamento desse segundo módulo, os organizadores optaram por um corte que conferisse um percurso mais cronológico à exposição, partindo do último quartel do século XIX até os anos 2000. Esse trajeto torna perceptível a sucessão de gerações de artistas que integram a história do IA e da produção artística no estado. Presente na mostra com a aquarela *Praia de Torres*, de 1927, Francis Pelichek, migrante da República Tcheca que já veio com formação como pintor, foi fundamental na constituição do então Instituto de Bellas Artes. “Ele e outros professores, como Fernando Corona, José Lutzenberger, Angelo Guido e Benito Castañeda, todos imigrantes que já vieram ‘prontos’, criaram um estofa maior para o Instituto e fizeram a primeira formação dos nossos artistas”, constata Blanca.

Esses expoentes pioneiros são responsáveis pela formação da geração seguinte, nos anos 1940, que conta com Alice Soares, Alice Brueggemann, Dorothea Vergara e Christina Balbão. Tais artistas alcançam uma conscientização e respeitabilidade profissional, sendo as primeiras a viverem de seu trabalho. De acordo com Blanca, esse fato se comprova, por exemplo, com a participação de Alice Soares na primeira Bienal de São Paulo, em 1951. “Isso significa que esses artistas não estavam isolados, mas que havia uma relação com o centro do país. São eles que formam o campo cultural aqui no estado”, pontua.

Alice se forma em pintura em 1943 e em escultura em 1945. “Ela fica conhecida como a artista das meninas, que comumente são vistas como meigas, muito serenas, mas, olhando um pouco mais cuidadosamente, surge por trás certa melancolia, considerando que se trata de crianças. Há um jogo, que talvez nem fosse tão consciente, que resulta nisso”, avalia a curadora. Entre as obras selecionadas para o Módulo II, está justamente o desenho *Menina*,

de 1964. Blanca acrescenta que a artista, tendo se tornado docente do IA, acumula também uma grande importância como formadora: “É uma referência, de certa forma, para Carlos Pasquetti [o qual posteriormente se tornaria docente do IA], que tinha muito respeito por ela, sua professora de desenho”.

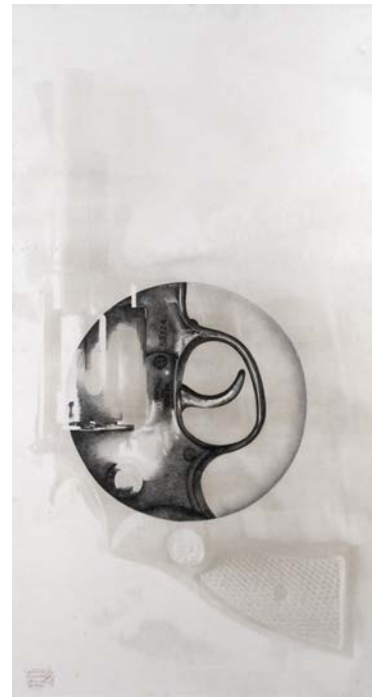
Antes de chegar à geração deste, surge o nome de Danúbio Gonçalves, que se graduou nos anos 1950 e foi, posteriormente, professor do IA por um período curto, tendo sua atuação principal na gravura. Ele ficou conhecido por integrar o grupo de Bagé – junto com Glauco Rodrigues e Glênio Bianchetti –, que tem um trabalho de cunho social muito forte, retratando o homem do campo. Em 1951, criou o Clube de Gravura, movimento muito importante no cenário artístico, impulsionando a fundação do *Atelier Livre de Porto Alegre*, onde Danúbio foi professor. Entre suas obras na exposição está a gravura *Pescador do São Francisco*, de 1954.

Nos anos 1970 ocorrem movimentos que rompem com a tradição acadêmica do IA. Entre eles, um grupo de artistas inovador e radical para a época (dentre os quais Carlos Pasquetti), que fazia performances e vídeos, cria a obra *Triacantho*, com seis módulos que misturam desenho e fotografia e têm forte conotação política. Este trabalho adquire importância porque foi feito por alunos recém-formados que propunham rupturas na forma do ensino e na própria arte.

Expografia – Na disposição das obras pelo espaço do Museu da UFRGS, *Triacantho* ocupa um lugar de transição, realizando a interseção entre dois ambientes: o primeiro, mais acadêmico, e o segundo, com enfoque contemporâneo. Instaura-se, assim, uma narrativa espacial.

“Na arquitetura, a gente lida com essa quarta dimensão que é o percurso pelo lugar. Então, por mais democrático que se queira ser e deixar as pessoas livres, é importante pensar a respeito disso. No caso do Módulo II, por exemplo, isso é claramente visível: o visitante entra no passado, tem um momento de ruptura e transição com a obra *Triacantho* para, então, chegar ao contemporâneo. Penso que esse é um excelente recurso, porque acrescenta uma dimensão didática à proposta da curadoria”, avalia Felipe Helfer, responsável pela expografia.

Por outro lado, destaca Paula, esse percurso não tem um eixo apenas temporal: “Ainda que *Triacantho* ocupe uma posição limiar, esse limite não é muito fechado, porque, no espaço em que esperamos encontrar apenas produções contemporâneas, temos também uma gravura do João Fahrion, dos anos 1940, e do Danúbio Gonçalves, dos anos 1950. Então, não é algo estanque, e essa é uma das virtudes da montagem: estabelece relações e mostra que a arte não é pensada de forma linear, sendo possível estabelecer um diálogo entre uma obra produzida em 1910 e outra dos anos 2000”.



Na expografia da mostra, a obra *Triacantho* marca um momento de ruptura e transição entre o passado e o presente



DESTAQUE



Para além da academia

Teatro

Projeto dá visibilidade aos espetáculos dos alunos do DAD

Há 13 anos servindo como importante expoente das produções realizadas pelos alunos do Departamento de Arte Dramática do Instituto de Artes, o projeto *Teatro, Pesquisa e Extensão* (TPE) continua forte, ajudando a notabilizar os atores e atrizes em formação na UFRGS, divulgando seus trabalhos e oferecendo cultura acessível a todos nos espaços da Universidade.

O TPE surgiu do desejo de expor ao público as produções realizadas dentro do DAD, levando, assim, à comunidade local, os espetáculos que antes ficavam concentrados nas disciplinas do curso de Teatro.

A professora Inês Marocco, coordenadora do projeto ao lado da colega Cristiane

Werlang, conta que, apesar das dificuldades iniciais da proposta, em 2003, o TPE foi se desenvolvendo e ganhando apoio, inclusive financeiro, da Universidade – fator que contribuiu para que os alunos montassem suas produções e para que a entrada nos espetáculos passasse a ser gratuita. A consolidação de um público assíduo, segundo ela, também foi importante para o fortalecimento do projeto. Atualmente, diversas escolas são convidadas a assistir às apresentações, no sentido de que os estudantes possam criar gosto por essa arte e desenvolver um pensamento crítico a respeito das temáticas levantadas.

Formação completa – Conforme Inês, o TPE é, para os estudantes de Teatro, uma ferramenta que os auxilia em diversos âmbitos das suas formações, uma vez que são instigados a se envolverem em várias partes do processo, desde a pré-produção, na qual aprendem a gerir uma mostra cultural, até a participação na divulgação. Para os

grupos teatrais, serve como complementação da formação acadêmica e profissional, pois a troca com o público favorece o amadurecimento dos atores, do diretor e até da peça, que vai sendo aperfeiçoada com as reapresentações.

A cada ano, a mostra apresenta uma temática diferente. Em 2016, o tema é Mulheres da Cena, em que se celebram todas as pioneiras na profissão e se promove uma reflexão acerca do espaço da mulher na sociedade e na arte. No mês de maio, a peça em cartaz é *William Despedaçado* – montagem que condensa diferentes histórias de Shakespeare para brincar com a cultura globalizada, pensando sobre a vida, a arte e a política.

Os espetáculos ocorrem sempre às quartas-feiras, às 12h30 e às 19h30, em diferentes espaços da UFRGS. O de maio será realizado no estacionamento da FACED, no Câmpus Centro. A entrada é gratuita. Para acompanhar o andamento do projeto, acesse o link facebook.com/teatropesquisaextensao.

MÚSICA



Recital de piano com Solungga Liu

A pianista taiwanesa Solungga Liu apresenta-se no Instituto de Artes da UFRGS. Conhecida por interpretar músicos contemporâneos, Liu já tocou em diversos lugares do mundo, como Bangkok, Beijing e Nova Iorque. Atualmente, é professora assistente de piano no College of Musical Arts, Bowling Green State University, nos EUA.

Data: 22 de maio
Local e horário: às 17h, no Auditorium Tasso Corrêa
Entrada franca

Vale Vale

CIRCO ARMADO
Apresentação de coletivo de artistas circenses com música ao vivo.
Data: 11 de maio
Local e horário: Palco Grego do Câmpus do Vale, 17h30
Entrada franca

VALE UM SARAU
Data: 25 de maio
Local e horário: Palco Grego do Câmpus do Vale, 17h30
Entrada franca

VAMOS ENTRAR EM RESSONÂNCIA
Oficina de música e física
Data: 27 de maio
Local e horário: Laboratório de Ciência e Tecnologia Acadêmica, Câmpus do Vale, 15h30
Entrada franca

CINEMA

Cinema no mundo

Mostra organizada pela Sala Redenção em parceria com o SESC/RS.

IDA
(Polônia, 2013, 82 min), de Paweł Pawlikowski
Sessões: 2 e 10 de maio, 16h; 9 e 18 de maio, 19h

MOMMY
(Canadá, 2014, 139 min), de Xavier Dolan
Sessões: 2 e 10 de maio, 19h; 3, 11 e 19 de maio, 16h

HOLY MOTORS
(França/Alemanha, 2012, 115 min), de Leos Carax
Sessões: 3, 12 e 19 de maio, 19h; 4 e 13 de maio, 16h

PELO MALO
(Venezuela, 2013, 93 min), de Mariana Rondón
Sessões: 4 e 13 de maio, 19h; 5, 16 e 20 de maio, 16h



LUNCH BOX
(Índia, 2013, 105 min), de Ritesh Batra
Sessões: 5, 16 e 20 de maio, 19h; 6 e 17 de maio, 16h

JUAN DOS MORTOS
(Espanha/Cuba, 2011, 96 min), de Alejandro Brugués
Sessões: 9 e 18 de maio, 16h; 17 de maio, 19h

Mostra Hayao Miyazaki

Ciclo de filmes baseado em clássicos do criador de cinema de animação japonês Hayao Miyazaki, realizado por meio de parceria entre a Sala Redenção e o SESC/RS. Sessões com entrada franca.

NAUSICÁ DO VALE DO VENTO
(Japão, 1984, 114 min)
23 e 27 de maio, 16h; 30 de maio, 19h



MEU AMIGO TOTORO
(Japão, 1988, 88 min)
23 de maio, 19h; 24 e 31 de maio, 16h

PRINCESA MONONOKE
(Japão, 1997, 135 min)
27 e 31 de maio, 19h; 30 de maio, 16h

CineDHebate: documentários

A Liga dos Direitos Humanos da Faculdade de Educação, em parceria com a Sala Redenção, exibe uma seleção de filmes mudos precursores do documentário. Curadoria: Giancarla Brunetto e Nykolas Friedrich Von Peters Correia Motta.

NANOOK DO NORTE
(Estados Unidos, 1922, 79 min)
Documenta um ano na vida de um esquimó e sua família no Canadá.
Sessão: 25 de maio, 19h
Entrada franca

ONDE?

► **Auditorium Tasso Corrêa**
Senhor dos Passos, 248
Fone: 3308-4318

► **Câmpus do Vale**
Bento Gonçalves, 9.500
Fone: 3308-3933

► **Fabico**
Ramiro Barcelos, 2705
Fone: 3308-5067

► **Museu da UFRGS**
Oswaldo Aranha, 277
Fone: 3308-4022

► **Sala Alziro Azevedo**
Salgado Filho, 340
Fone: 3308-4318

► **Sala Redenção**
Luiz Englert, s/n.º
Fone: 3308-3933

► **Salão de Festas**
Paulo Gama, 110 - 2.º andar
Fone: 3308-3933

ESPECIAL

Semana dos Museus

Palestras organizadas pelo Museu da UFRGS como parte da programação da Semana Nacional dos Museus. As atividades, que têm como tema *Museus e paisagens culturais*, procuram relacionar o estado e a cidade de Porto Alegre aos encontros com a preservação das memórias.

OUTROS OLHARES SOBRE IMIGRAÇÃO NO RS
Palestra com Kiyomi Miyabe, diretora do Memorial de Cultura Japonesa de Ivoti, que falará a respeito dos entrelaçamentos entre uma exposição curricular e a colônia japonesa daquele município.
Data: 18 de maio
Local e horário: Auditório II da FABICO, das 18h às 21h
Entrada franca

MEMÓRIAS ESPORTIVAS NAS PAISAGENS CULTURAIS DE PORTO ALEGRE
Palestra com a professora Silvana Goellner, do Centro de Memória do Esporte da ESEFID.
Data: 20 de maio
Local e horário: Museu da UFRGS, das 14h às 16h
Entrada franca

EXPOSIÇÃO

Pinacoteca Barão de Santo Ângelo - Módulo I

Exposição de obras do acervo da Universidade idealizada pelo Instituto de Artes e pelo Departamento de Difusão Cultural da UFRGS, com a curadoria dos professores Blanca Brites e Paulo Gomes.
Visitação: até dezembro
Local e horário: Salão de Festas da reitoria, de segunda a sexta-feira, das 10h às 18h
Entrada franca

Pinacoteca Barão de Santo Ângelo - Módulo II

Mostra que exibe parte da coleção de gravuras, desenhos e fotografias

da Pinacoteca Barão de Santo Ângelo do Instituto de Artes da UFRGS. Curadoria de Blanca Brites e Paulo Gomes.



Visitação: até 17 de junho
Local e horário: Museu da UFRGS, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h
Entrada franca
Agendamento de grupos pelo telefone 3308-3390

KUMIAI - Entrelaçamentos na Colônia Japonesa de Ivoti/RS

Exposição produzida pelos alunos do Curso de Bacharelado em Museologia que aborda a imigração japonesa no estado com enfoque na cidade de Ivoti, num período de cinquenta anos.
Visitação: até 3 de junho
Local e horário: mezanino do Museu da UFRGS, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h
Entrada franca
Agendamento de grupos pelo telefone 3308-3390

OFICINAS
Atividades relacionadas à cultura japonesa ocorrem paralelamente à exposição KUMIAI, em cartaz no Museu da UFRGS. A

participação é gratuita, e para cada atividade serão disponibilizadas 10 vagas. As inscrições podem ser feitas pelo site ufrgs.br/museu/educativo/agendamento. Mais informações pelo telefone 3308-3390.

Mangá
Datas: 4 de maio e 1.º de junho
Horários: 14h às 15h ou 16h às 17h

Origami
Datas: 6 e 13 de maio
Horários: 14h às 15h ou 16h às 17h

Shodô: A arte da caligrafia japonesa
Data: 11 e 20 de maio
Horário: 14h às 15h

Meu Lugar na UFRGS

FLÁVIO DUTRA/JU



Criança não esquece

Quando uma criança se depara com a imensidão do céu noturno, as repercussões podem ser profundas. Com Daniela Pavani foi assim. A lembrança das estrelas em meio à negritude do céu, contempladas durante uma visita ao Planetário em Porto Alegre, juntamente com seus colegas dos anos iniciais do ensino fundamental, foi a semente que germinou e teve como resultado, anos mais tarde, a sua escolha para prestar vestibular para o curso de Física na UFRGS.

Ela voltaria a frequentar o local a partir do segundo ano do curso, 1991, como bolsista de iniciação científica – função que desempenhou por cinco anos. “A experiência no Planetário aumentou a certeza de que trabalharia com ensino”, comenta ao lembrar sua participação na capacitação de docentes que vinham aprender sobre os fenômenos celestes.

Em especial, ela recorda de uma ocasião em que professores de Geografia foram às lágrimas por descobrir que durante anos ensinaram de modo equivocado aos seus alunos as fases da lua e as estações do ano. Isso ocorreu quando se deram conta de que as estações não ocorrem devido à distância Terra-Sol, mas, sim, pela inclinação do eixo da Terra na órbita do sol. “Teve gente que chorou dizendo que ensinou errado durante 20 anos de magistério. Isso me marcou.”

Esse desconhecimento, no entanto, não surpreende Daniela. Ela mesma, quando fez o curso de Física, deparou-se com um currículo que oferecia poucas disciplinas de Astronomia. Por isso, costuma dizer que seu primeiro professor na área foi Ary Nienow, responsável técnico pela manutenção do projetor Spacemaster, fabricado pela empresa alemã Carl Zeiss. Ary possui conhecimento profundo desse equipamento e também presta assessoria técnica a outros planetários. Ele ensinou-a tanto a reconhecer os planetas e constelações na cúpula de projeção como a operar a mesa de controle. Além disso, a incentivava a pesquisar na biblioteca assuntos como a história da Astronomia.

O primeiro dia de trabalho como bolsista, entretanto, foi marcado pelo sentimento de ansiedade porque não

sabia se conseguiria ou não a vaga – sensação que logo se desfaria: “Me lembro de ter sido super bem recebida e de imediatamente ser incluída na rotina do Planetário, o que fez com que rapidamente passasse a sentir aquele lugar como minha segunda casa”, assume.

Independentemente da rapidez com que se sentiu acolhida pelos colegas de trabalho, foi necessário um ano inteiro para que a garota, então com 20 anos de idade, aprendesse a operar com aqueles botões da mesa de controle. Compreensível, afinal, como não se assustar diante de tantos comandos: “O primeiro conjunto de botões aciona as luzes de forma independente e também determina a agilidade com que elas vão ligar e desligar, criando o clima para o início da sessão. Mas existem muitos outros, dezenas deles. Uns acendem as estrelas; outros, os planetas. As projeções do céu podem ir para o passado e para o futuro. É muita coisa a aprender para fazer as projeções”. E não dava confusão às vezes? “Sim, como apontar uma estrela errada.” E daí? “Seguia apresentando o programa”, sorri ao lembrar.

Embora nos últimos anos Daniela concentre suas atividades no Departamento de Astronomia do Instituto de Física da Universidade, onde atua como professora da graduação e da pós-graduação, ela continua mantendo seu relacionamento com o Planetário, levando seus alunos e também os participantes dos cursos de extensão oferecidos pelo Instituto – onde é responsável pela vice-coordenação – para apreciarem os astros projetados na cúpula. “Mesmo que hoje eu não esteja lá, o Planetário estará sempre na minha memória.”

No início de março deste ano, Daniela foi homenageada com o Troféu Mulher Cidadã 2016, na categoria Educação da Mulher, concedida pela Assembleia Legislativa do RS.

Jacira Cabral da Silveira

Esta coluna é uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas serão exibidos no Canal 15 da NET diariamente às 20h e às 23h.

Perfil

Humano e fotográfico

Álvaro Merlo
Médico e
professor da
UFRGS vive
momento de
transições

Everton Cardoso

“Eu poderia ter sido fotógrafo”, dispara Álvaro Merlo quando conta sobre si e sobre suas vivências. O professor da UFRGS e médico do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) relembra que essa relação com a fotografia vem da adolescência: por volta dos 15 anos, ao lado do amigo de infância Mario Spier, improvisou um laboratório caseiro. “Ele morava quase do lado da minha casa e tinha um espaço para isso. Era o escritório do pai dele; não havia janela para a rua. Ali foi que vi a fotografia aparecer no papel. Esse sentimento surpreende”, conta. Depois de adulto, Álvaro chegou a ter um laboratório em sua própria casa. Com a chegada da tecnologia digital, migrou para o novo sistema: “Para mim, foi direto. Para quem vem da película, a digital é quase mágica”. O ano de 2016, aliás, é para o professor um marco: ao realizar a sua primeira exposição – em cartaz até o dia 13 deste

mês no saguão do segundo andar do HCPA –, diz estar vivendo a transição de profissional da saúde para a fotografia. “No Hospital está minha identidade, mas planejava me descolar dali. Foto sempre foi, para mim, uma coisa importante”, revela. A dois anos de completar 70, tinha aí o seu projeto para a aposentadoria. E se diverte: “Agora que a compulsória passou para os 75 anos não sei como vai ficar”.

Seu interesse é pela fotografia humanista, com uma vertente social, sobretudo em cenários urbanos. Por isso, são frequentes as fotos produzidas em viagens para lugares como Lisboa, Istambul, Bruxelas e Nova York. Entre as histórias mais marcantes nessas experiências, a produção de imagens em Paris, em janeiro de 2015. “Cheguei à cidade uma semana depois do atentado ao Charlie Hebdo. A rua em frente ao edifício em que funcionava o jornal humorístico estava fechada, mas eu entrei. A polícia saiu atrás de mim. Não sabiam se eu era um maluco tentando botar uma bomba. Consegui fazer algumas fotos e saí de fininho”, relembra. A aventura, na verdade, é parte do que Álvaro mais gosta: fazer fotos na rua, andar por horas até conseguir algumas imagens que o agradem. “Hoje, com a fotografia digital, se consegue fazer isso fácil”, pondera.

Fotojornalismo – Três anos depois de graduado em Medicina – formou-se em 1975 pela UFRGS –, foi à França fazer uma Especiali-

zação em Saúde Pública, e nos dois anos em que permaneceu por lá, definiu quem seriam suas referências e que rumo daria à sua produção fotográfica. “Conheci Sebastião Salgado, indiretamente, bem no início; e também outros repórteres fotográficos: houve um que foi cobrir a Guerra da Eritreia; quase fui com ele à África; quase fui à Nicarágua ver a Revolução Sandinista, mas estava em Paris para estudar, não para fazer coberturas”, recorda.

Merlo conta que, nos anos 1970, era militante de rua, mas que depois se deu conta de que sua causa estava muito mais vinculada à derrubada da ditadura militar então vigente no Brasil do que propriamente a um partido ou facção. “Eu não tinha a menor pretensão de seguir carreira política”, assevera.

A aventura de
fazer imagens
na rua é parte
do que ele
mais gosta na
fotografia

Pioneirismo – “Fui para a Sociologia por causa da militância, era o único espaço que havia”, conta sobre a época marcada pela censura. Nessa área, fez graduação – que, por pouco, não concluiu –, mestrado – ambos na UFRGS – e doutorado – este último novamente na França. “Então, se abriram duas possibilidades, dar aula e fazer pós-graduação”, conta sobre o princípio de sua carreira como um dos professores precursores em medicina do trabalho na Universidade. “Quando entrei na UFRGS, praticamente dei início a essa especialidade. Criei o Centro de Documentação, Pesquisa e Informação em Saúde do Trabalho, que funciona até hoje”, diz sobre o embrião que possibilitou a organização de uma especialização na área e de um ambulatório voltado para doenças do trabalho no Hospital de Clínicas. O centro de atendimento a pacientes com transtornos associados à violência psicológica no ambiente laboral foi, segundo o médico, pioneiro no Brasil.

Além do começo da transição da medicina para a fotografia, 2016 também representa, na vida familiar dos Merlo, um momento de mudança: no mês passado, o filho Guilherme, também médico, saiu da casa dos pais Álvaro e Katia Pozzer – ela igualmente professora da UFRGS, mas no Instituto de Artes. “Quando eu saí de casa”, comenta o professor, “minha família tinha medo do que ia acontecer comigo. Saí com conflito. Arrumei uma namorada e fui indo, até que um dia tinha ido. Mas para o meu filho está sendo tranquilo. As coisas mudaram muito”, reflete.



FLÁVIO DUTRA/ARQUIVO JU - MAI/2015

Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local

Para a posteridade

FOTOS **ROCHELE ZANAVALLI** TEXTO **CAROLINA PASSOS**

A tese de doutorado em Artes Visuais *História e arte funerária dos cemitérios São José I e II em Porto Alegre (1888-2014)*, defendida por Luiza Neitzke junto ao Programa de Pós-graduação em Artes Visuais da UFRGS, traça a história da arte funerária local, ressaltando a importância da preservação desses monumentos. As fotos que ilustram esta página evidenciam a memória que esses túmulos representam tanto para as famílias como para a arte em si.

No Rio Grande do Sul, a arte funerária se inicia com materiais como pedra grês e porcelana, e com túmulos menores, principalmente nos cemitérios alemães. No começo do século XIX, há o ápice na colocação de monumentos funerários em mármore, com muitas esculturas de anjos, pranteadoras e santos. No século seguinte, a partir dos anos 1930, começa a fase na qual o granito e as esculturas de arte sacra em bronze, como

Pietás [arte cristã que representa a Virgem Maria com o cadáver de Jesus no colo] e Cristos, ganham evidência. Outra tendência é a de representar militares ou até mesmo o próprio morto. Há ainda o fenômeno do “gauchismo”, em que os monumentos funerários passam a retratar os gaúchos.

Os maiores problemas observados foram o abandono e depredação dos jazigos, ausência de inventário, vandalismo e roubo. Os túmulos não estão bem conservados, alguns ficam abandonados, outros chegam a desmoronar e, os mais antigos, sofrem com a sujeira, a oxidação do bronze, fissuras e fraturas no mármore, porcelanas quebradas ou com partes perdidas.

Para mudar isso, a pesquisadora sugere que haja a coexistência entre a modernização do cemitério e a preservação desse tipo de expressão artística, além da implantação de um memorial da arte cemiterial.



ROCHELE ZANAVALLI É FOTÓGRAFA DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE

CAROLINA PASSOS É ESTUDANTE DO 4.º SEMESTRE DE JORNALISMO DA FABICO E BOLSISTA DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA UFRGS



Trabalho **incerto**

TEXTO SAMANTHA KLEIN

FOTOS FLÁVIO DUTRA

APÓS UMA DÉCADA DE CRESCIMENTO da taxa de emprego, renda e diminuição da desigualdade salarial, a falta de trabalho volta a assombrar parcela significativa da população brasileira. Na Região Metropolitana de Porto Alegre, os últimos dados da Fundação de Economia e Estatística (FEE) mostram que 10,1% da população procura ocupação, o que significa um contingente de quase 200 mil desempregados. No país, são mais de 10 milhões de pessoas sem emprego, segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O índice é alarmante, considerando-se que há menos de dois anos o Brasil vivia um período de pleno emprego.

O fechamento de postos de trabalho afeta todas as áreas, na avaliação da economista da FEE Iracema Castelo Branco. “A indústria, o comércio e a construção registraram cortes em 2015. Agora temos praticamente todos os setores contaminados, inclusive o de serviços. Em fevereiro, tivemos 15 mil vagas a menos nesse setor, e redução de 12 mil na indústria de transformação, 5 mil na construção civil e 6 mil no comércio”, revela em referência à pesquisa mais recente feita na Região Metropolitana de Porto Alegre.

A elevação das taxas de desemprego é resultado da retração econômica e da

consequente redução de investimentos em diversas esferas, impactando não somente em quem está em busca de um emprego. As pessoas que estão trabalhando, consequentemente, terão diminuição de benefícios, e quem está ingressando receberá salários menores. Nesse mesmo sentido, a precarização do mundo do trabalho tende a se acentuar, conforme a avaliação de analistas.

Soma-se a esse desinvestimento a falta de capacitação, que exacerba a dificuldade de encontrar uma colocação no mercado. “Temos um bom número de vagas de trabalho, mas não conseguimos preencher 10% delas. A maioria das pessoas não sabe que pode estudar a distância e que existem escolas que oferecem cursos no seu próprio bairro. Explicamos para os candidatos que, se não se capacitarem, a remuneração continuará sempre a mesma”, constata a secretária do Trabalho da Capital, Ângela Oetinger.

Igualmente, os trabalhadores especializados também estão na fila da procura por emprego. A categoria dos engenheiros está entre as mais afetadas após um período de prosperidade para a profissão. “Esse setor é um termômetro da economia. Se a engenharia vai mal é porque o Brasil vai mal também”, resume o presidente do Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul, Alexandre Wollmann.

A busca

Ao chegar ao Sistema Nacional de Emprego (Sine) municipal, em Porto Alegre, em uma quinta-feira de abril, vislumbramos o retrato da busca pelo trabalho ou do saque do seguro-desemprego. Quase todos os assentos das seis fileiras estão cheios antes das 9h da manhã. Em um deles, encontramos Deivid Carvalho, 25 anos, após ser demitido do mais recente emprego. Ele era auxiliar de cozinha de uma empresa terceirizada que tinha contrato com o Hospital de Pronto Socorro da capital. O prazo delimitado pela licitação expirou, e todos os trabalhadores foram demitidos. “Vim buscar o seguro, mas depois vou procurar outra vaga em cozinha ou como auxiliar em construção civil”, diz timidamente.

Deivid mora na zona sul, em uma pequena casa, com uma garota de 17 anos que ainda não terminou o ensino médio. Ele parou de estudar quando estava na 6.ª série para se tornar traficante na região da Lomba do Pinheiro, zona Leste. “Mais tarde, acabei preso por três anos no Presídio Central. Mas graças a Ester, parei de usar qualquer tipo de droga. Ela me salvou e me fiscaliza”, revela. Assim que o benefício do seguro terminar, planeja voltar ao trabalho, mas não pretende realizar uma capacitação. “Continuo não gostando de estudar”, admite.

Mesmo com a retração da economia, mais de mil vagas são ofertadas mensalmente no Sistema de Porto Alegre em diversas áreas, em especial na de serviços e comércio. Apesar disso, nem 10% das oportunidades de emprego são preenchidas. O encolhimento do mercado ocupacional, em função da retração da economia, exige mais do trabalhador, já que cresceu a oferta da mão de obra.

“Hoje nossas vagas têm um perfil diferenciado, e os empresários estão solicitando maior nível de qualificação. O problema é que grande parcela dos candidatos não tem a capacitação suficiente. Por isso, se o Sine não puder encaminhar para o mercado laboral, deve indicar cursos de

qualificação. O próprio Ministério do Trabalho determinou que trabalhássemos com o oferecimento de cursos”, ressalta a secretária do Trabalho, Ângela Oetinger.

Por outro lado, o Sistema não tem nenhuma vaga na indústria – um dos primeiros setores a retrair investimentos e enxugar os seus quadros. “Há meses não temos oferta de trabalho na indústria para mulheres e para homens também é algo muito escasso. Na construção civil, houve igualmente o registro de enorme diminuição da oferta de colocações. São justamente as áreas que remuneram melhor”, observa.

Mesmo sendo minoria na fila de espera, trabalhadores mais especializados também procuram vagas no Sine. É o caso de técnicos em enfermagem e contabilistas. “Temos mais de 200 pessoas com ensino superior completo em nosso cadastro. Procuram vagas com salários maiores, mas esse não é melhor período para isso, infelizmente”, acrescenta Ângela.

Outra categoria muito afetada pela crise econômica é a dos engenheiros. Somente no primeiro trimestre deste ano, 156 demissões foram homologadas no estado, somando-se a quase 500 desligamentos em 2015. Os números contabilizam unicamente profissionais associados ao Sindicato dos Engenheiros (Senge). “A recessão econômica e a crise política se convertem diretamente em um processo de redução de obras de logística, mobilidade e geração de energia. É um termômetro da situação do país”, relata o presidente da entidade, Alexandre Wollmann.

Após um período de euforia com os Programas de Aceleração do Crescimento I e II (PACs), a construção de grandes empreendimentos de mobilidade e urbanização está estagnada, conforme o engenheiro. “Esse desaquecimento não vai refletir nos bancos acadêmicos agora, mas daqui a cinco anos. Esperamos que essa crise passe porque o Brasil precisa reter profissionais para realizar obras de infraestrutura, ou eles migrarão para o exterior.”

Precariedade nas relações de trabalho

A qualidade do emprego tem relação direta com o nível de empregabilidade. Entre 2004 e 2014, o Brasil vivenciou um período de expansão laboral com a situação de “plenitude do trabalho”. Em agosto de 2014, o IBGE divulgou dados que mostravam taxas de desemprego em, no máximo, 5,9%, caso do Rio Grande do Sul. No Rio de Janeiro, o índice era ainda menor – 3,6%. O ministro do Trabalho à época, Manoel Dias, declarou que os dados refletiam que os empregos continuavam em expansão e refutava os índices de retração da economia.

Os analistas do mercado, contudo, divergem desse posicionamento. De acordo com a economista da Fundação de Economia e Estatística (FEE) Iracema Castelo Branco, o ano de 2014 já dava claros sinais de estagnação econômica. No entanto, o mercado de trabalho começou a ser atingido a partir de março do ano passado. “Percebemos que o desemprego era relacionado à entrada

de mais pessoas no mercado de trabalho porque a renda já vinha caindo. Por outro lado, se observa que muitas pessoas que podiam se aposentar no setor público o fizeram, por causa de modificações no sistema previdenciário. Além disso, quem tinha direito ao seguro desemprego aguardou uma melhoria no cenário para voltar a procurar uma ocupação.”

Desse período em diante, a crise real ou superdimensionada resultou em diminuição nos investimentos em diversos setores, em redução da produção e em consequente retração dos postos de trabalho. Nessa mesma onda, salários diminuíram e ampliouse a colocação no mercado sem carteira assinada. “O crescimento do desemprego reflete diretamente na elevação do trabalho informal e doméstico, sobretudo para as mulheres. De um lado, a regulamentação do emprego doméstico, porém, generalizou uma série de direitos trabalhistas. Além disso, há pessoas que escolhem o

trabalho informal para não se submeter a horários e chefia, mas é a minoria”, ressalta a socióloga da UFRGS Lorena Holzmann.

Entre ser autônomo e informal no mercado de trabalho, existem diferenças fundamentais. Segundo a professora, ao ser questionada sobre qual tipo de função pode ser considerada mais precária, ela destaca que a maior parte dos trabalhos autônomos não são informais porque necessitam de alvará da prefeitura para existir. “É o caso do vendedor de cachorro-quente, que define o valor do seu produto. Informal é aquele que não tem nenhum registro, trabalha por conta própria e normalmente está na ponta da cadeia de um setor, como o caso da artesã na indústria calçadista. Ela não produz para o consumidor final como o vendedor de cachorro-quente. Ela é subcontratada para fazer um trabalho especializado, mas é o quinto elo da cadeia, com pouquíssimo poder de barganha”, sustenta.



Pressão adoece

Se o desemprego gera angústia, o emprego também pode gerar enfermidades, conforme as condições do ofício. Diante da pressão por alcançar metas, o estresse e a cobrança são verticais, e é o trabalhador da ponta da cadeia quem mais sofre. “A velocidade da produção está além da capacidade de o corpo humano resistir em termos de horas e responsabilidades. É como o atleta de alta performance que sempre está lesionado por conta do esforço acima do limite. Com o trabalhador, a comparação é válida, mas ele estará sem um médico especialista o acompanhando”, sustenta o médico do trabalho e professor da UFRGS Álvaro Merlo.

As doenças que mais afetam os empregados são as osteomusculares, que atingem tendões, músculos e

outras estruturas responsáveis pelos movimentos dos membros superiores, segundo o médico. “Quase metade dos casos de síndrome do carpo (problema que causa dormência na mão e no braço por conta de um nervo comprimido no pulso) resulta em lesões nos ombros. A doença começa com hipersensibilidade e, com o tempo, se o problema não for resolvido, atinge a parte motora. O paciente fica sem força para segurar algo – e a lesão por perda de força é irreversível.”

Além disso, o trabalho deveria significar realização pessoal, e não apenas o dinheiro para se alimentar, pagar contas e viajar nas férias. “Serve antes de tudo para a construção mental do indivíduo. Freud dizia que a saúde mental tem duas bases: a vida amorosa e o trabalho. O

trabalho é o espaço de reconhecimento de identidade do indivíduo – nesse sentido, o comentário de uma pessoa com maior conhecimento ou experiência faz toda a diferença. Mas se alguém recebe xingamentos em lugar de elogios ou críticas construtivas, adoece. Normalmente, o corpo adoece primeiro. O problema psicológico vem depois”, ressalta o professor da UFRGS.

Aquele que sofre assédio moral no trabalho tem o mesmo sentimento de quem sofre assédio sexual. Conforme Merlo, esse é o sentimento de “eu fiz alguma coisa”, “minha saia estava um pouco curta”, “o meu colega está segurando as pontas”. Membro do Ambulatório de Doenças do Trabalho do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, o médico diz que muitos não procuram ajuda

para encarar o sofrimento por conta de chefes e gerentes. “As pessoas que chegam ao limite da dor muscular ou com dor crônica. Agora, se perguntarmos se o trabalhador aceita os sintomas como passageiros ou mesmo de afastamento, é preciso passar a conviver com a dor e denunciar”, conta.

Os distúrbios ou patologias sempre são diagnosticáveis através de exames de raios-x. “Como medir a dor de uma pessoa? Como medir a dor de uma depressão? Caso o médico aceite os sintomas como passageiros ou mesmo de afastamento, é preciso passar a conviver com a dor e denunciar”, conta Álvaro.



Terceiros

Seja com o trabalho informal ou o formal, com carteira assinada, a discussão sobre a precarização das relações de trabalho ressurgiu com força máxima assim que o Projeto de Lei n.º 4.330, adormecido desde 2004, passou a ser discutido no Congresso Nacional. A Lei das Terceirizações gera partidários fervorosos da mesma forma que críticos apaixonados. Parada no Senado, a legislação poderá ser votada a qualquer momento.

A discussão não é exatamente nova no país. Com a liberalização da economia nos anos 1990, a terceirização de serviços determinou um novo padrão de relações de trabalho para diversas áreas no setor público e privado. No entanto, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) limitou a terceirização às atividades-meio com a edição da Súmula 331. A decisão impede que as atividades-fim de uma empresa utilizem serviços ofertados por terceiros. Esse é o ponto a ser atacado pelo projeto de lei em debate.

A precarização é um processo de perdas de conquistas obtidas anteriormente e diz respeito à legislação trabalhista. A socióloga do trabalho Lorena Holzmann destaca que, no Brasil, a questão da terceirização estava na berlinda, mas as consequências da aprovação do tema no Senado tornarão o trabalhador mais vulnerável. Ela acredita que a tendência é a perda de direitos materializados na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

“Um das questões-chave envolve setores de alta periculosidade, a exemplo da indústria petrolífera, no caso as plataformas de prospecção de petróleo. Os trabalhadores são contratados por um período determinado e não passam por treinamento adequado. Os acidentes da Petrobras, nos últimos 20 anos, aconteceram justamente com terceirizados. Sem contar que estes perdem direitos trabalhistas. Quem se obriga a garantir esses direitos? Isso porque não é a matriz que contrata essas empresas, e as terceirizadas ainda recorrem a companhias quarteirizadas para fornecer trabalhadores. O resultado é que ninguém se responsabiliza pelos custos de um acidente de trabalho”, sustenta.

Já o economista da UFRGS Marcelo Portugal utiliza o mesmo exemplo da Petrobras para rebater os argumentos. “Por que a petrolífera tem uma brigada de incêndio própria em vez de terceirizar, como fazem todas as grandes empresas de prospecção de petróleo? Os funcionários ficam parados durante um longo período e, quando acontece um acidente, estarão totalmente despreparados.”

Arranjos de mercado – A legislação brasileira permite tudo o que não é proibido em lei. É o caso da terceirização do trabalho, que nunca teve uma norma clara que a proibisse, com exceção da Súmula 331, que a restringiu.

Marcelo Portugal critica duramente o que ele denomina interferência da Justiça do Trabalho nas relações entre trabalhadores e empresários. O professor da UFRGS garante que é a empresa, seja pública ou privada, que tem a prerrogativa para determinar o que deve ou não ser realizado por uma prestadora de serviços. “O receio em relação à terceirização acontece somente nos países atrasados. O problema é que os sindicatos negociam com as empresas, mas se o caso for para um juiz ele vai desfazer toda a negociação. O trabalhador é visto sob a ótica do Judiciário como incompetente para negociar”, assegura.

Em tese, diz o economista, qualquer atividade poderia ser terceirizada sem prejuízos para os envolvidos. “A liberdade de terceirizar permite maiores ganhos para quem oferta trabalho e para as empresas com a redução dos encargos trabalhistas. Essa é uma boa oportunidade para realizar uma profunda reforma trabalhista e previdenciária com a consequente aceleração da economia.”

Na esteira da aprovação de uma legislação para as terceirizações, Portugal também defende a flexibilização das normas trabalhistas. O economista diz que a Consolidação das Leis do Trabalho precisa ser modificada, pois foi editada em um contexto completamente distinto da atualidade, em que as pessoas trabalham em horários muito mais dinâmicos se comparadas aos industriários que batiam cartão no período em que Getúlio Vargas assinou a CLT. “Nenhum direito precisa ser retirado, basta permitir que o negociado entre sindicatos e empresários tenha prevalência sobre o legislado”, assevera.

Embora mais de mil vagas sejam ofertadas mensalmente pelo Sine de Porto Alegre, nem 10% das oportunidades de emprego são preenchidas. Isso ocorre porque houve um encolhimento do mercado ocupacional em função da retração econômica, e as vagas disponíveis exigem melhor qualificação dos trabalhadores.

causa da pressão de chefes
egam até nós já estão no
algum tipo de inflamação
nos como está a relação
entes começam a chorar

ligados ao trabalho nem
través de um aparelho de
alguém ou o sofrimento
dico perito do INSS não
níveis de licença-médica
possível que essa pessoa
durante o resto da vida”;

Mãos à obra

As circunstâncias a colocaram no canteiro de obras. Ela só não esperava gostar tanto do ofício entre betoneiras e carrinhos, além de superar a depressão. Tudo começou depois da separação do marido e da necessidade de retornar ao mercado de trabalho.

“A oportunidade chegou à minha porta, literalmente. Uma amiga disse que precisavam de serventes de obra para a construção do condomínio no antigo Estádio dos Eucaliptos, que era do Internacional. Fui e me apaixonei pela construção. Hoje me divirto e me sinto tão bem que praticamente não sinto cansaço, mesmo que passe o dia carregando peso”, conta Jocelaine Rocha da Silva. “Além disso, jogar uma massa na parede faz um bem danado. É terapêutico se estou pensando nas ‘inimiga’ ou estou de TPM”, se diverte.

Quando o trabalho terminou, ela começou a cuidar de crianças da vizinhança, além do seu próprio filho, complementando a renda com serviços gerais nos finais de semana. Ainda assim, não era suficiente. “Cobrava muito pouco por criança e nem todas as mães pagavam. A situação estava ficando complicada, mesmo com a ajuda do pai no pagamento das contas do Yuri”, conta.

A partir disso, a jovem de 24 anos se determinou a retomar as atividades no setor da construção civil. Fez cursos na área de acabamento e trabalha, principalmente, em residências. “O período tem sido de pouco trabalho, mas estou buscando uma obra grande para garantir renda durante um tempo. Também planejo terminar o último semestre do ensino médio e fazer um curso técnico em edificações.”

Apesar da disposição e do cuidado com os detalhes, Jocelaine também enfrenta o preconceito em relação às mulheres no setor da construção civil. “Há homens que respeitam e me tratam muito bem, mas há outros que falam gracinhas ou esculacham dizendo que ‘lugar de mulher é no fogão’. Já tive patrão que me demitiu porque eu não quis sair com ele e já tive cliente que me chamou na sua casa somente para me conhecer. Nesses casos de assédio, sempre digo que trabalho com construção, e não com prostituição.”



“Esse é um exemplo de trabalho autônomo que resulta em satisfação e traz bons rendimentos quando a situação é favorável.”

Fátima Wilhelm

Sem parar

Aos 60 anos, Fátima Wilhelm poderia estar curtindo a aposentadoria ao lado do marido e dos netos, mas prefere trabalhar. Depois de atuar por 27 anos na extinta companhia estadual de telefonia, a CRT, e aderir ao programa de demissão voluntária, se viu sem trabalho aos 46 anos. Como sempre gostou de atividades voluntárias, a centelha para uma nova profissão surgiu com a construção, pela comunidade, de uma igreja no bairro Guajuviras, em Canoas.

Nessa oportunidade, aprendeu a assentar tijolos, fazendo um curso na ONG Mulheres em Construção. “Eu já pintava as paredes da minha casa, minha predileção em termos de obra. Mas fazendo capacitações, descobri que existe toda uma técnica para deixar o trabalho muito melhor, com acabamento perfeito”, destaca Fátima. Ao conhecer a fundadora da organização, Bia Kern, ela acabou se tornando vice-presidente da entidade que angaria recursos com empresas para financiar cursos nas mais diversas etapas da construção civil.

Apesar de ainda haver cenas de preconceito dirigidas às mulheres nos canteiros de obras, elas vêm ganhando espaço. “Geralmente, chama a atenção o capricho no acabamento de azulejos, cerâmicas e pinturas. Além disso, ensinamos postura, apresentação do próprio trabalho e mesmo a importância de deixar o ambiente de uma casa limpo após a realização do serviço. Essas características são diferenciais. Sem contar que, em geral, as famílias têm mais confiança em deixar uma mulher dentro de suas residências”, relata entusiasmada. “Esse é um exemplo de trabalho autônomo que resulta em satisfação e traz bons rendimentos quando a situação é favorável.”

